

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 10.657, DE 15 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 204 da Constituição do Estado do Pará e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

- I - das disposições preliminares;
- II - das metas e prioridades da Administração Pública estadual;
- III - da estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - das diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- V - das normas para avaliação dos programas de governo;
- VI - das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal;
- VII - das disposições sobre as alterações na legislação tributária do Estado;
- VIII - da política de aplicação de recursos financeiros pelas agências financeiras oficiais de fomento; e
- IX - das disposições finais desta Lei.

Parágrafo único. Integram a presente os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Riscos Fiscais;
- II - Anexo II - Metas Fiscais;
- III - Anexo III - Demonstração da Remuneração de Pessoal Ativo e Inativo; e
- IV - Anexo IV - Demonstração da Lotação de Pessoal Ativo por Poder e Unidade Orçamentária.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública estadual, para o exercício de 2025, são as definidas nos anexos desta Lei e na Lei Estadual nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, para o período de 2024-2027, de forma regionalizada, observando as seguintes diretrizes e critérios de priorização:

I - diretrizes:

- a) Sociedade de Direitos;
- b) Crescimento Inteligente;
- c) Trabalho com Responsabilidade; e
- d) Gestão Pública Presente; e

II - critérios de priorização:

- a) alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
 - b) concordância com o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA);
 - c) metas regionalizadas, constantes na Lei Estadual nº 10.260, de 2023, que possuam programações estabelecidas para o exercício 2025; e,
 - d) projetos e ações relacionadas à realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).
- § 1º As metas e prioridades da Administração Pública estadual para o exercício de 2025 terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, atendidas as despesas que compõem as obrigações constitucionais ou legais do Estado e as de funcionamento dos órgãos e entidades, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º As metas e prioridades da Administração Pública estadual para o exercício de 2025 poderão ser modificadas, mediante autorização do Poder Legislativo, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, reconhecidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 e na respectiva lei, por função, subfunção, programas, projetos, atividades e/ou operações especiais.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - categoria de programação: o detalhamento do programa de trabalho, identificado por função, subfunção, programa, projeto, atividade e/ou operações especiais;
- II - função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público;
- III - subfunção: nível de agregação de um conjunto de ações do setor público;
- IV - programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VI - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VII - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII - unidade orçamentária: menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, estes últimos entendidos como os de maior nível de classificação institucional;

IX - unidade gestora: centro de alocação e execução orçamentária, inserida na unidade orçamentária;

X - fonte de recursos: indica a origem e a destinação dos recursos para o financiamento da despesa;

XI - transferências voluntárias para efeitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000: compreende a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde (SUS);

XII - transferências voluntárias para efeitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014: parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), envolvendo repasses financeiros;

XIII - concedente: órgão ou entidade da Administração Pública estadual direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XIV - conveniente: órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, Estados e Distrito Federal ou Municípios e as entidades privadas, na forma da lei, com os quais a Administração Pública estadual pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

XV - organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP): entidade sem fins lucrativo, com a finalidade, única e exclusiva, de celebrar Termo de Parceria com o Poder Público, desde que constituída no Brasil e que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, conforme objetivos sociais e normas estatutárias que atendam aos requisitos instituídos pela Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XVI - organizações sociais: pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços sociais, e qualificadas pelo Poder Público, na forma e condições estabelecidas na Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 21, de 14 de fevereiro de 2019;

XVII - convênio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado e tenha como participe, de um lado, órgãos ou entidades da Administração Pública estadual e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

XVIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que envolvam a transferência de recursos financeiros;

XIX - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa da Administração Pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

XX - termo de parceria: instrumento firmado com transferência de recursos orçamentários, entre os órgãos estaduais e as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPIs); e

XXI - termo de cooperação técnica: instrumento de cooperação técnica entre, de um lado, órgão ou entidade da Administração Pública estadual e, de outro, órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo, serviços sociais autônomos e consórcios públicos para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção aos quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

§ 4º As atividades com mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O produto e a unidade de medida são os mesmos especificados para cada ação do Plano Plurianual.

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas compreenderão a programação dos Poderes, Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Estadual para sua manutenção.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, o grupo de natureza de despesa, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária, referida no **caput** deste artigo tem por finalidade a identificação do tipo de orçamento: Orçamento Fiscal (F), Seguridade Social (S) ou de Investimento (I).

§ 2º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III deste parágrafo; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

§ 3º A especificação da modalidade de que trata o § 2º deste artigo, sem prejuízo das demais previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), observará o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União - 20;

II - Execução Orçamentária Delegada à União - 22;

III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

IV - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31;

V - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal - 32;

VI - Transferências a Municípios - 40;

VII - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41;

VIII - Execução Orçamentária Delegada a Municípios - 42;

IX - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

X - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - 60;

XI - Transferências a Instituições multigovernamentais - 70;

XII - Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio - 71;

XIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos - 72;

XIV - Transferências ao Exterior - 80;

XV - Aplicações Diretas - 90;

XVI - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91;

XVII - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização - 92; e

XVIII - A Definir - 99.

§ 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 e a respectiva lei, bem como os créditos adicionais, não poderão conter modalidade de aplicação "A Definir - 99", ressalvadas a Reserva de Contingência e a Reserva do Regime Próprio de Previdência.

§ 5º É vedada a execução orçamentária na modalidade de aplicação 99, devendo ser alterada quando de sua definição, conforme as modalidades especificadas nos incisos do § 3º deste artigo.

§ 6º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND), mencionados no **caput** deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir especificado:

I - Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - Juros e encargos da dívida (GND 2);

III - Outras despesas correntes (GND 3);

IV - Investimentos (GND 4);

V - Inversões financeiras (GND 5); e

VI - Amortização da dívida (GND 6).

§ 7º A Reserva de Contingência será classificada no (GND 9).

§ 8º O Identificador de Uso (IU) destina-se a indicar se os recursos que compõem contrapartida estadual de empréstimos, de doações ou destinam-se a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária Anual de 2025 e dos créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I - Recursos não destinados à contrapartida (IU 0);

II - Contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

III - Contrapartida de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU 2);

IV - Contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - Contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - Contrapartida de doações (IU 5);

VII - Contrapartida de transferência por meio de convênios (IU 6); e

VIII - Recursos de transferências oriundos de Emendas Individuais/OGU (IU 7).

§ 9º O grupo de destinação de recursos que indica os recursos originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadados obedecerão à classificação ou destinação de recursos de acordo com o § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 10. No caso do Orçamento de Investimento das Empresas, referido no **caput** deste artigo, as despesas serão discriminadas por unidade orçamentária, detalhando-as por categoria de programação com as respectivas dotações e fonte(s) de recurso(s).

§ 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 e a respectiva lei deverão discriminar as transferências a consórcio público, observando critérios de classificação por função programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos, devendo o consórcio público prestar as informações necessárias para subsidiar a elaboração da lei orçamentária, no prazo de 30 (trinta) dias antes do prazo final para o encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo, conforme definido na Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016.

§ 12. A discriminação quanto à natureza da despesa far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 13. O Poder Executivo deverá encaminhar, como parte integrante da proposta orçamentária, anexo, com a regionalização das dotações orçamentárias para as regiões de integração do Estado, assim consideradas pelo

Executivo, nos termos do que determina o art. 50 da Constituição Estadual. Art. 6º A programação dos Poderes do Estado, dos Fundos, das Autarquias e das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Estatais dependentes, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, terá sua execução orçamentária e financeira integralmente e obrigatoriamente realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), conforme § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as empresas que recebem recursos do Estado sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços; e

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros.

§ 2º As empresas estatais dependentes, cuja programação conste integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não integrarão o Orçamento de Investimento das Empresas.

§ 3º A programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será apresentada conjuntamente.

Art. 7º A Receita do Orçamento Fiscal será estruturada de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e pelos atos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal, vinculadas ao Ministério da Economia.

Art. 8º São Receitas do Orçamento da Seguridade Social:

I - contribuições sociais dos servidores públicos, contribuições patronais da Administração Pública e outras que vierem a ser criadas por lei;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III - transferências efetuadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social;

IV - transferências do Orçamento Fiscal, oriundas da receita resultante de impostos, conforme dispõe a Emenda à Constituição Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000; e

V - outras fontes vinculadas à seguridade social.

Art. 9º O Orçamento de Investimento das Empresas compreende a programação das Empresas Estaduais em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam, exclusivamente, recursos a título de aumento de capital à conta do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O investimento de que trata este artigo compreende as dotações destinadas a:

I - planejamento e execução de obras, priorizando as obras em andamento;

II - aquisição de imóveis necessários à realização de obras;

III - aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; e

IV - aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.

Art. 10. São Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas as:

I - geradas pela empresa;

II - decorrentes da participação acionária do Estado;

III - oriundas de operações de crédito internas e externas;

IV - concessão de créditos; e

V - de outras origens.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de educação, saúde, segurança pública, trabalho e assistência social;

II - ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

III - ao pagamento de precatórios judiciais;

IV - ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal;

V - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, de acordo com o § 15 do art. 204 da Constituição Estadual;

VI - ao atendimento das operações relativas à dívida do Estado;

VII - ao pagamento dos benefícios previdenciários da Administração Pública estadual, por Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes;

VIII - às despesas com servidores, de natureza complementar, como auxílios e outros benefícios, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, inclusive da Administração Pública indireta, que recebam recursos à conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - às despesas com capacitação e valorização de servidores;

X - às ações descentralizadas do Poder Judiciário;

XI - às ações de combate e prevenção a epidemias, endemias e pandemias; e

XII - VETADO.

§ 1º As despesas de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à educação e à saúde, deverão ser alocadas na Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), conforme estabelecido na Lei Estadual nº 7.056, de 19 de novembro de 2007.

§ 2º O disposto no inciso VIII do **caput** deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e respectivos dependentes.

§ 3º As despesas de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à formação específica das áreas de educação, saúde, segurança pública e fazendária, ou de competência da Escola Superior da Advocacia Pública (ESAP), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002, deverão ser executadas pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), ressalvadas situações de impossibilidade técnica de atendimento pela autarquia, conforme Lei Estadual nº 6.569, de 6 de agosto de 2003.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa observará, além das demais disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, constituindo-se de:

- I - texto da Lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - Anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;
- IV - Anexo do Orçamento de Investimento das Empresas;
- V - Anexos dos demonstrativos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- VI - descrição das principais finalidades e a legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual;
- VII - discriminação da legislação da receita;
- VIII - portfólio dos investimentos por programa de governo, região de integração, municípios, órgão/entidade, fonte de financiamento, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, identificando as obras novas e as em andamento;
- IX - demonstrativo regionalizado dos percentuais de incidência sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, conforme estabelece o § 11 do art. 204 da Constituição Estadual; e
- X - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I - evolução da receita do Tesouro Estadual segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos;
- II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III - resumo da receita da Administração Pública indireta, por categoria econômica;
- IV - evolução da despesa segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;
- V - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e origem dos recursos;
- VI - despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Poder e órgão/entidade, segundo os grupos de natureza da despesa;
- VII - despesa por função e órgão/entidade, segundo as categorias econômicas;
- VIII - despesa por programa, detalhada por Poder e órgão/entidade, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes;
- IX - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo as categorias econômicas;
- X - resumo das fontes de financiamento, por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes; e
- XI - evolução da despesa do Tesouro, por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

§ 2º O Orçamento de Investimento das Empresas, referido no inciso IV do **caput** deste artigo, será composto dos seguintes demonstrativos:

- I - estrutura de financiamento, por fonte de recursos;
- II - consolidação dos investimentos, por função e órgão/entidade;
- III - consolidação dos investimentos, por programa; e
- IV - programa de trabalho, por órgão/entidade e fonte de financiamento.

Art. 13. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

- I - texto analítico, contendo:
 - a) análise da situação econômico-financeira do Estado, considerando:
 - 1. o desempenho das atividades econômicas;
 - 2. o cenário da economia mundial e nacional e seus impactos sobre a economia local;
 - 3. o ritmo inflacionário;
 - 4. as possíveis perdas de receita por conta das mudanças nas alíquotas de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e
 - 5. a desoneração da incidência de tributos sobre diversos produtos;
 - b) justificativa das premissas da estimativa da receita e da fixação da despesa;
 - c) estoque da dívida fundada e flutuante do Estado;
 - d) destaque para ações estratégicas que serão implementadas por meio dos Programas na Lei Orçamentária Anual de 2025; e
 - e) capacidade de endividamento do Estado; e
- II - quadros demonstrativos, contendo:
 - a) receita, segundo a origem dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
 - b) receita própria e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do Orçamento de Investimento das Empresas, de forma regionalizada;
 - c) aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o art. 198, § 2º, inciso II, e o art. 212 da Constituição Federal;
 - d) previsão de operações de crédito internas e externas e das respectivas contrapartidas, com indicação dos agentes financeiros e da programação a ser financiada;

e) relação das obras em execução em 2024 e que tenham previsão de continuidade em 2025, bem como o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas; e

f) proposta orçamentária da previdência estadual, evidenciando as receitas por fonte de recurso e as despesas com inativos e pensionistas por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

Parágrafo único. Todos os documentos referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 devem ser encaminhados à Assembleia Legislativa por meio impresso e/ou digital e o banco de dados que gerou as informações, em arquivo XLS ou XML, de forma a permitir a carga no Sistema de Emendas, bem como a atualização e redação final da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual de 2025 conterà a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a Reserva de Contingência, conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º A Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) corresponde ao ingresso de recursos superavitários destinados a garantir futuros desembolsos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do ente respectivo, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária, ao limite de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida do Orçamento Fiscal.

§ 3º A Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 4º A dotação global denominada Reserva de Contingência, bem como a de Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor, será identificada nos orçamentos pelos códigos "99.999.9999.9008" e "99.997.9999.9041", respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática.

§ 5º As Reservas referidas no **caput** deste artigo serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código "9.9.99.99.99".

§ 6º Na hipótese de não utilização da totalidade da dotação da Reserva de Contingência nos fins previstos no **caput** deste artigo até 30 de novembro de 2025, os recursos correspondentes poderão ser destinados à abertura de créditos adicionais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

Art. 15. A proposta orçamentária para o exercício de 2025 será elaborada tendo como parâmetros de referência:

- I - para estimativa das receitas:
 - a) tributárias:
 - 1. inflação prevista com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e
 - 2. projeção do Produto Interno Bruto (PIB) estadual;
 - b) transferidas pela União: de acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compatibilizadas com o desempenho dessas receitas;
 - c) fundos estaduais: de acordo com a origem das receitas;
 - d) demais receitas próprias: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e outros índices de preços, avaliada a compatibilidade com o desempenho de cada item da receita; e
 - e) a realização da receita no exercício em curso; e
- II - para fixação das despesas:

- a) de pessoal e encargos sociais:
 - 1. variação na taxa de inflação, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ressalvados os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo, conforme legislação federal;
 - 2. crescimento vegetativo da folha;
 - 3. implementação e/ou alteração das estruturas de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Administração Pública estadual aprovada em lei;
 - 4. previsão de preenchimento de cargos comissionados e efetivos;
 - 5. as contribuições previdenciárias, em observância ao disposto na legislação específica; e
 - 6. observância aos tetos salariais estabelecidos no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes;
- b) da dívida pública estadual: projetada com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais;
- c) dos débitos de precatórios atualizados com base na legislação vigente; e
- d) demais despesas:
 - 1. obras: com base no Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
 - 2. contratos de prestação de serviços de natureza continuada: pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, havendo contratação de mão de obra, pelos: Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho, definidos na data base da categoria;
 - 3. energia, combustível e água: com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
 - 4. telefonia: com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou do Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 - 5. gastos correntes referentes a serviços administrativos de natureza continuada do Poder Judiciário: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); e

6. outros itens: os índices, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, a variação do dólar projetado, quando couber.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata o inciso II, alínea "a", do **caput** deste artigo, serão aplicados em observância aos limites legais para cada Poder, estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 16. Na programação dos investimentos em obras da Administração Pública estadual, só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Terão precedência para alocação os novos projetos que, além de preencherem os requisitos do **caput** deste artigo, apresentem garantia de participação de parcerias para sua execução.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput** do presente artigo, serão consideradas: I - obras em andamento: aquelas já iniciadas e cujo cronograma de execução físico-financeira ultrapasse o exercício de 2025; e

II - despesas de conservação do patrimônio: aquelas destinadas a atender bens, cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços, especialmente quanto à saúde, educação, assistência e segurança pública.

Seção II

Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Órgãos Constitucionais Independentes

Art. 17. Ficam fixados, para efeito da elaboração da proposta orçamentária de 2025, dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, os seguintes percentuais da receita líquida resultante de impostos:

I - Assembleia Legislativa do Estado - 4,38% (quatro inteiros e trinta e oito centésimos por cento);

II - Tribunal de Justiça do Estado - 9,76% (nove inteiros e setenta e seis centésimos por cento);

III - Ministério Público - 5,15% (cinco inteiros e quinze centésimos por cento);

IV - Ministério Público de Contas do Estado - 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento);

V - Ministério Público de Contas dos Municípios - 0,23% (vinte e três centésimos por cento);

VI - Tribunal de Contas do Estado - 1,89% (um inteiro e oitenta e nove centésimos por cento);

VII - Tribunal de Contas dos Municípios - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento); e

VIII - Defensoria Pública - 1,64% (um inteiro e quatro centésimos por cento).

§ 1º Para fins de cálculo da receita líquida resultante de impostos, mencionada no **caput** deste artigo, entendem-se as receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União, ao Estado, deduzidas as receitas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos Municípios, a parcela dos recursos vinculados à manutenção do ensino e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º, da Constituição Federal e da Emenda à Constituição Federal nº 29, de 2000.

§ 2º O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, a estimativa da receita para o exercício de 2025, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 3º O saldo financeiro, decorrente dos recursos repassados pelo Executivo aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, deverá ser restituído à Conta Única do Estado ou ser deduzido das primeiras parcelas a serem repassadas no exercício seguinte, em conformidade ao que determina o § 2º do art. 168 da Constituição Federal.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) deverá proceder à retenção, quando do repasse mensal da quota financeira, do valor referente à contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) sobre a receita do Tesouro Estadual.

Parágrafo único. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão repassar o valor correspondente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), incidentes sobre suas receitas próprias, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 19. Fica facultado aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a utilização do Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), Processo Administrativo Eletrônico (PAE), Sistema de Informações Gerenciais de Contratos (SIGC) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 20. Com vistas ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se refere o inciso XV do art. 92 da Constituição Estadual, será assegurada aos deputados, no início do período legislativo, mediante solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, senha de acesso irrestrito, para consulta, inclusive de anos anteriores, ao Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 21. A Programação de Trabalho financiada com recursos do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ) será alocada integralmente no Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 22. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão recolher, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, para a Conta Única do Estado, a diferença do Imposto de Renda – Pessoa Física, retida na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de serviços, após a apuração e o cotejamento entre as quotas devidas e os valores efetivamente repassados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no **caput** deste artigo o mês de dezembro do exercício, que será apurado por estimativa de receita.

Seção III

Do Controle e da Transparência

Art. 23. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão observar as disposições legais sobre transparência da gestão fiscal, possibilitando amplo acesso às informações pela sociedade.

§ 1º Para assegurar a transparência e a participação da sociedade durante o processo de elaboração da proposta orçamentária será(ão) promovida(s) audiência(s) pública(s), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, no que couber a cada um, farão divulgar:

I - por meio da **Internet**:

a) estimativa da receita:

1. orçamentária anual;

2. corrente líquida anual e por quadrimestre; e

3. do Tesouro Estadual prevista para os respectivos quadrimestres;

b) demonstrativo dos limites orçamentários fixados para os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes; e

c) Projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, bem como a Lei Orçamentária Anual; e

II - por publicação no Diário Oficial do Estado:

a) a Lei Orçamentária Anual;

b) o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), a cada bimestre, em observância ao art. 52 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e

c) o Relatório da Gestão Fiscal (RGF), ao final de cada quadrimestre, na forma e conteúdo definidos nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

§ 3º O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, de cada quadrimestre, em audiência pública na Assembleia Legislativa, nos termos do art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º Para fins de realização da audiência pública prevista no § 3º deste artigo, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais constantes do Anexo II desta Lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da audiência, em meio impresso e/ou digital.

§ 5º Na condição de estado de calamidade previsto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, ou de medidas restritivas decretada pelo Executivo, o incentivo à participação popular e demais audiências previstas nesta Lei serão realizadas em formato online/virtual.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos

Art. 24. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual de 2025 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. A otimização e o controle da aplicação dos recursos públicos devem ser estabelecidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, por meio de normas e medidas de racionalização de custos.

Seção V

Das Transferências

Art. 25. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos, para os quais receberam os recursos, e obedecerão às leis e atos normativos vigentes.

§ 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, por ocasião das transferências voluntárias realizadas na forma especificada nas Subseções I e II, ficam obrigados, no ato da assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, a alimentar e cadastrar com o conteúdo e documentos exigidos no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), no Módulo de Gestão de Convênios, somente quando disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 2º É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 26. A Administração Pública estadual poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, por meio de contribuições, auxílios, subvenções e material, bens ou serviços de distribuição gratuita.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - contribuições: despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive aquelas destinadas a atender às despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente;

II - auxílios: despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; III - subvenções sociais: despesas orçamentárias para prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, observados os arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; IV - subvenções econômicas: despesas orçamentárias autorizadas por lei específica, exclusivamente a pessoas jurídicas com fins lucrativos; e V - material, bem ou serviço para distribuição gratuita: despesa orçamentária com aquisição de materiais, bens ou serviços, para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º O recurso público destinado a atender à pessoa física em situação de risco pessoal e social, para fins do disposto neste artigo, corresponde à ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explicita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º As dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e as incluídas por créditos adicionais, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º deste artigo, serão realizadas somente com entidades privadas sem fins lucrativos e de interesse social que comprovem o funcionamento de suas atividades há pelo menos 3 (três) anos, sem prejuízo de observância das regras previstas nas Leis Federais nº 13.019, de 2014, e nº 9.637, de 15 de maio de 1998, bem como na Lei Estadual nº 5.980, de 1996, e demais legislações sobre a matéria.

§ 4º A destinação de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º, e sem prejuízo do estabelecido neste artigo, somente poderá ser realizada para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, que sejam de apoio ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais.

§ 5º Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos, na forma estabelecida no inciso IV do § 1º deste artigo, somente serão realizadas mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Subseção I

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Municípios, Estados e União

Art. 27. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo estadual e entes ou entidades públicas de outro ente da Federação, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, formalizadas por meio de convênio, acordo ou outro instrumento congêneres, estão disciplinadas pelo art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, pelo Decreto Estadual nº 3.302, de 29 de agosto de 2023, e demais normas estaduais correlatas, e será precedida do atendimento das seguintes condições, por parte do ente beneficiado:

I - do atendimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e demais leis e atos normativos que regem a matéria;

II - da contrapartida definida no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "d", da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, exclusivamente financeira, devidamente pactuada, de acordo com a capacidade financeira do respectivo ente beneficiado, salvo nos casos em que participe do instrumento, assumindo obrigações em nome próprio, na qualidade de interveniente, entidade privada sem fins lucrativos, ocasião em que será admitida, excepcionalmente, a contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no convênio;

III - da situação de regularidade junto à Previdência estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo órgão/entidade competente; e

IV - do atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 6.286, de 5 de abril de 2000.

§ 1º Ao órgão/entidade responsável pela transferência de recursos caberá: I - verificar a observância das condições previstas neste artigo e demais normas da legislação pertinente sobre a matéria, mediante a apresentação de declaração, pelo ente beneficiado, que ateste o cumprimento das disposições estabelecidas, com a devida documentação comprobatória;

II - proceder aos trâmites necessários no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) e no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) ou outros sistemas que vierem a substituí-los; e

III - após a assinatura do convênio, a entidade ou órgão concedente dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa, conforme dispõe o art. 19 da Constituição Estadual.

§ 2º Não se considera como transferência voluntária, para fins do disposto neste artigo, a descentralização de recursos a Municípios, para realização de ações cuja competência seja exclusiva do Estado ou que tenham sido delegadas com ônus aos referidos entes da Federação.

§ 3º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, a contrapartida financeira fica estabelecida nos seguintes percentuais mínimos:

I - 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - 5% (cinco por cento) para Municípios entre 50.001 (cinquenta mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes; e

III - 10% (dez por cento) para os demais.

Subseção II

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Art. 28. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo estadual e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse

público e recíproco, mediante convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria ou acordo de cooperação deverá atender às regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e sua regulamentação estadual, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - pelo órgão ou entidade da Administração Pública estadual:

a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) realização de chamamento público; e

c) aprovação de plano de trabalho; e

II - pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e Organizações da Sociedade Civil (OSCs):

a) comprovação de que não tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;

b) comprovação de que não tenham incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Pará; e

c) VETADO.

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo será dispensado ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo o extrato do ato declaratório da dispensa ou inexigibilidade do chamamento público ser publicado no meio oficial de publicidade da Administração Pública, sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei.

§ 3º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), regidas pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas nesta Lei para firmarem termo de parceria com os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual.

§ 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de termos de fomento, termos de cooperação ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, no Portal da Transparência do Estado do Pará, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

§ 7º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, termos de fomento e termos de colaboração celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar conta periodicamente, na forma prevista pelo instrumento em questão, ao órgão ou entidade estadual responsável, com informações detalhadas sobre a utilização dos recursos públicos, conforme estabelecido na legislação estadual.

Art. 29. Fica facultada aos demais Poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo estadual ou a elaboração de regimento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Art. 30. A Administração Pública estadual poderá exigir contrapartida, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e outros instrumentos congêneres por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis.

§ 1º No caso de a contrapartida ser exclusivamente financeira, devidamente pactuada, será calculada sobre o valor do repasse no mesmo percentual definido no § 3º do art. 27 desta Lei, com base na população do Município em que a sede da organização está localizada.

§ 2º Poderá não ser exigida contrapartida financeira como requisito para celebração da parceria, sendo exigida a contrapartida em bens, serviços e material devidamente identificado no termo de colaboração ou de fomento, na forma exigida na Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 31. Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos somente serão realizados mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Subseção III

Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado Qualificadas como Organizações Sociais

Art. 32. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços sociais, qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei Estadual nº 5.980, de 1996, a qual se dará por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - previsão de recursos no orçamento do órgão ou da entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II - aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração ou Curador e pelo Secretário de Estado da área correspondente ao seu objeto social e do Secretário de Estado de Planejamento e Administração;

III - adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública estadual;

IV - definição de metas a serem atingidas, com os respectivos prazos de execução, assim como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade; e

V - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão contratante.

§ 1º As Organizações Sociais qualificadas e autorizadas a receberem recursos financeiros de órgãos da Administração Pública estadual deverão disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento da gestão administrativa e financeira do Contrato de Gestão, especificando metas, relatórios de atendimento, histórico do cumprimento das metas e outras informações de relevante interesse.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio das Secretarias de Estado responsáveis, disponibilizará quadrimestralmente, no Portal da Transparência do Estado, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão evidenciando a prestação de contas dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na legislação estadual.

§ 3º Os órgãos e as entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com Organizações Sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, para o atingimento do disposto no § 2º do art. 11 da Lei Estadual nº 5.980, de 1996.

Seção VI Da Lei Orçamentária Anual

Art. 33. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção do Governador, após a sua aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 1º Na hipótese da Lei Orçamentária Anual não ser sancionada até o dia 31 de dezembro de 2024, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, sendo as dotações orçamentárias liberadas mensalmente, obedecendo aos seguintes limites:

I - no montante necessário para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais, débitos de precatórios, obras em andamento, contratos de serviços, contrapartidas estaduais e demais despesas de caráter continuado; e
II - até o limite de sua efetiva arrecadação, para as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações de crédito.

§ 2º Os saldos negativos, eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto no inciso I do § 1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais com base na anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.

§ 3º Fica autorizada a antecipação da quota orçamentária do exercício, enquanto pendente de publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos limites constantes dos incisos I e II do § 1º deste artigo, que posteriormente será incorporada na programação orçamentária de desembolso, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o primeiro quadrimestre de 2025.

Art. 34. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa fica condicionada às especificações dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as despesas de caráter irrelevante, consideradas aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 35. Os recursos do Tesouro Estadual, destinados ao atendimento das ações e serviços públicos de saúde e da assistência social, serão programados integralmente nas Unidades Orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde (FES) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), respectivamente, respeitada a legislação sobre a matéria.

Art. 36. No Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser incluídas dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujo pedido de autorização para sua realização tenham sido encaminhadas ao Poder Legislativo, até 30 de agosto do mesmo exercício em que é elaborado o referido projeto.

Seção VII Dos Precatórios

Art. 37. O Poder Judiciário estadual encaminhará à Casa Civil da Governadoria e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), até 15 de julho de 2024, a relação dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2024, em obediência ao disposto na Emenda à Constituição Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, para serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual, discriminada por órgão e entidade da Administração Pública direta e indireta, especificando:

I - número do ajuizamento da ação originária;
II - número do precatório;
III - tipo da causa julgada;
IV - data da autuação do precatório;
V - nome do beneficiário;
VI - valor do precatório a ser pago; e
VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades constantes da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, apontando, se for o caso, eventuais divergências entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, para sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Caberá à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) verificar e aferir os precatórios da Administração Pública direta, das Autarquias e Fundações do Poder Executivo estadual.

Seção VIII Das Diretrizes Específicas para Previdência

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 deverá consignar, no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPSS) e demais fundos geridos e vinculados à autarquia, os recursos orçamentários destinados ao Plano de Custeio do Regime Estadual de Previdência.

§ 1º O pagamento de benefícios e pensões dos militares será realizado pelo Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM), órgão vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPSS), conforme art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021.

§ 2º Deverão os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes transferir, quando necessário, recursos financeiros para cobertura de eventual diferença entre o valor das contribuições arrecadadas no mês anterior e o valor necessário ao pagamento dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Servidor, em conformidade com o estabelecido no inciso VI do art. 84 da Lei Complementar Estadual nº 039, de 9 de janeiro de 2002.

§ 3º A majoração dos encargos com o Regime Próprio de Previdência do Servidor, decorrente do aumento da alíquota das contribuições e/ou resultante da expansão da base dos contribuintes, aprovada por lei, após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, fica condicionada à indicação pelo Poder Executivo, de recursos adicionais para o seu financiamento.

§ 4º Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes deverão enviar ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPSS), até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a listagem nominal dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) participantes dos fundos previdenciários, em obediência à Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e Orientações Normativas do Ministério da Previdência Social em vigor, evidenciando, no mínimo:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
II - matrícula e outros dados funcionais;
III - remuneração de contribuição;
IV - valores mensais da contribuição do segurado; e
V - valores mensais da contribuição do órgão/entidade.

§ 5º Aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, será disponibilizado o acesso a todas as informações concernentes à execução orçamentária e financeira de suas respectivas dotações, alocadas no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPSS).

§ 6º As contribuições dos patrocinadores, referentes ao Poder Executivo, uma vez formalizada a adesão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, ao Regime de Previdência Complementar, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão/entidade.

§ 7º No caso dos servidores do Poder Executivo e militares estaduais, os recursos de que trata o § 2º deste artigo serão alocados nos Encargos Gerais, sob a supervisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Seção IX Das Vedações

Art. 39. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas:

I - sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;
II - destinadas a ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como precondição o sigilo;
III - para pagamento a servidores da Administração Pública ou empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista, por serviços a título de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
IV - para o pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos transferidos pelo Estado, a entidades privadas sem fins lucrativos e a órgãos de outras esferas de governo, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios;
V - para pagamento de entidades de previdência complementar, salvo na condição de patrocinador; e
VI - para pagamento a sindicato, associação ou clube de servidores públicos.

§ 1º Excetua-se do inciso IV do **caput** deste artigo os recursos transferidos para as Organizações Sociais sem fins lucrativos e de interesse social, declaradas de utilidade pública estadual e os fundos e programas federais autorizados por lei.

§ 2º Excetua-se do inciso V do **caput** deste artigo o aporte, em caráter excepcional, de recursos necessários ao funcionamento inicial de entidade fechada de previdência complementar estadual ou de adesão à entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, a título de adiantamento de contribuições futuras.

Seção X Da Descentralização dos Créditos

Art. 40. A descentralização de créditos orçamentários, efetuada para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será realizada por meio de destaque ou provisão de crédito, quando o órgão ou entidade executor, integrar os referidos orçamentos.

§ 1º Para efeito do que dispõe o **caput** deste artigo, entende-se por:

I - descentralização de créditos orçamentários: a delegação da execução da programação de trabalho, consignada no orçamento de um órgão e entidade, para execução por outro órgão ou entidade da mesma unidade federativa;

II - destaque: a operação descentralizadora externa de crédito orçamentário, em que o gestor de um órgão ou entidade transfere para outro órgão ou entidade, fora de sua estrutura, o poder de utilização no todo ou em parte de recurso orçamentário que lhe tenha sido destinado na Lei Orçamentária Anual; e

III - provisão: a operação descentralizadora interna de crédito orçamentário, por meio do qual uma unidade gestora transfere a execução de seu programa de trabalho para outra unidade gestora que lhe seja subordinada, ou seja, para outra unidade de sua própria estrutura, autorizando a movimentação de determinadas dotações orçamentárias.

§ 2º A utilização da descentralização de crédito orçamentário tem como objetivo a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado na Lei Orçamentária Anual, só devendo ser utilizada quando for para o fiel cumprimento a que se destinam os recursos aprovados em lei, devendo atender à necessidade de aprimoramento da ação de governo.

§ 3º Não poderá haver descentralização de crédito orçamentário para atendimento de despesas que não sejam atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando o bem gerado com a aplicação dos recursos não puder incorporar ao patrimônio do Estado.

§ 4º As dotações orçamentárias consignadas no Fundo Estadual de Saúde (FES) e no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) poderão ser operacionalizadas pelo próprio fundo ou por destaque às unidades gestoras ou aos órgãos e entidades que executem ações de saúde e assistência social.

Art. 41. Os órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que optarem pela execução orçamentária na forma de Destaque Orçamentário, deverão firmar Termo de Execução Descentralizada estabelecendo as condições de execução e as obrigações entre as partes, informando seu número no documento do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo, para efeito de liberação da quota orçamentária pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo os Fundos Estaduais, o Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), no âmbito da ação de Encargos com a Previdência Social dos Servidores e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará e os órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, no caso do destaque para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), a fim de atender o recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Seção XI

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual

Art. 42. As propostas de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 deverão respeitar o § 2º do art. 205 da Constituição Estadual, observada a Emenda à Constituição Estadual nº 61, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a possibilidade de conversão de valores em emendas impositivas, relativas a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita líquida de impostos, deduzidas as despesas constitucionais e as vinculadas, na área de saúde e educação.

§ 1º Consideram-se incompatíveis as Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que:

I - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

II - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

III - conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e

V - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas com a manutenção dos órgãos e entidades, alocadas no Programa Manutenção da Gestão;

b) despesas com recursos vinculados da Administração Pública direta e fundos, para outro objeto que não os definidos nas leis específicas;

c) despesas financiadas com recursos próprios das entidades da Administração Pública indireta para outro órgão ou entidade;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado;

e) recursos de operações de crédito internas e externas; e

f) recursos para repasses financeiros em ajustes de mútua cooperação em que o Estado figure com uma das partes do avenço.

§ 2º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na quantificação física do produto.

Seção XII

Da Execução dos Orçamentos e suas Modificações

Art. 43. A execução orçamentária e financeira será registrada integralmente no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), Sistema de Informações Gerenciais de Contratos (SIGC) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s) e obrigatoriamente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), conforme o disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 44. No que se refere ao regime orçamentário, as receitas serão reconhecidas por ocasião da sua arrecadação e as despesas, de acordo com os seus respectivos estágios, empenho, liquidação e pagamento, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando as seguintes peculiaridades:

I - receita: no mês em que ocorrer o respectivo ingresso; e

II - despesa: conforme os estágios definidos no **caput** deste artigo, sendo que a liquidação deverá ocorrer da seguinte forma:

a) folha de pessoal e encargos sociais: dentro do mês de competência a que se referir o gasto;

b) fornecimento de material: na data da entrega;

c) prestação de serviço: na data da realização; e

d) obra: na ocasião da medição.

Parágrafo único. Aos titulares dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, será disponibilizado o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), ou ainda a qualquer extrator de dados, para acompanhamento em tempo real da realização da receita e das despesas financeiras e orçamentárias, além da disponibilização continuada de informações bimestrais sobre a realização da receita líquida resultante de impostos.

Art. 45. A gestão patrimonial será realizada, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

§ 1º Todo bem patrimonial adquirido no exercício de 2025, com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ou de convênios, será tomado pelo órgão ou entidade detentor do recurso orçamentário, passando a integrar o seu patrimônio.

§ 2º A gestão patrimonial, no âmbito do Poder Executivo, será efetivada por meio do Sistema de Patrimônio Mobiliário do Estado do Pará (SISPAT WEB), Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 46. Os recursos repassados à conta do Tesouro Estadual às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, mediante subscrição de ações, destinar-se-ão ao financiamento de investimentos do setor e ao serviço da dívida.

Art. 47. Os grupos de natureza da despesa, aprovados na Lei Orçamentária Anual, em cada projeto, atividade e operações especiais, terão seu detalhamento registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), por elemento de despesa, no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), no momento da abertura do sistema para o exercício vigente.

Parágrafo único. As alterações necessárias nos elementos de despesa, referidos no **caput** deste artigo, serão registradas no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s) e no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), pelas unidades orçamentárias, no âmbito de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, desde que sejam efetivadas no mesmo projeto, atividade e operação especial e no mesmo grupo de natureza da despesa, fonte e modalidade de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 48. Ficam autorizadas as seguintes alterações:

I - as redefinições de fontes de recursos do Tesouro Estadual, desde que observados os limites legais e constitucionais;

II - os identificadores de uso;

III - as esferas orçamentárias;

IV - as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

V - ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo, as alterações previstas nos incisos I a V do **caput** deste artigo serão realizadas por meio de Portaria do titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e, para os demais Poderes e órgãos constitucionais independentes, por ato de seus representantes.

§ 2º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) e no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo pela unidade orçamentária, desde que não altere os grupos de natureza de despesa, ainda que a modalidade de aplicação esteja atrelada ao elemento de despesa.

Art. 49. A execução das atividades, projetos e operações especiais integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dos órgãos e entidades do Poder Executivo, quando de seu empenho, deve ser objeto de ação detalhada no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN) ou outro que vier a substituí-lo, de modo a garantir de maneira clara e concisa a identificação do gasto, permitindo o monitoramento e avaliação dos Programas do Plano Plurianual vigente.

Parágrafo único. Entende-se por ação detalhada o menor nível de programação, sendo utilizado para especificar a localização física da ação e a transparência dos recursos financeiros aplicados.

Art. 50. A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme o disposto no inciso I do art. 7º, obedecidas as disposições do art. 43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 51. Os créditos suplementares não autorizados previamente na Lei Orçamentária Anual dependerão de autorização do Poder Executivo.

§ 1º As solicitações de alterações orçamentárias, no âmbito do Poder Executivo, serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo.

§ 2º As alterações orçamentárias, de superávit financeiro e excesso de arrecadação, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos constitucionais independentes, serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro sistema que vier a substituí-lo.

§ 3º As alterações orçamentárias, mediante abertura de crédito suplementar, por anulação total ou parcial de recursos dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, serão autorizadas por ato de seus representantes.

§ 4º Os ajustes na Lei Orçamentária Anual, para atender despesa não programada previamente nas leis orçamentárias, dar-se-á por abertura de crédito especial, mediante autorização do legislativo, conforme dispõe

o art. 40 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, c/c o inciso V do art. 206 da Constituição Estadual.

Art. 52. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2025, e, em créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2025 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional.

Art. 53. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 206 da Constituição Estadual, será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Seção XIII

Da Programação Orçamentária e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Art. 54. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes deverão elaborar e publicar, por ato próprio, a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, sendo constituído de:

I - meta quadrimestral da receita do Estado, com especificação das metas bimestrais de arrecadação, desdobradas pela origem dos recursos;

II - quotas orçamentárias mensais, discriminando as despesas por área, unidade orçamentária, programa, grupo de despesa e fonte de financiamento; e

III - cronograma de pagamento mensal das despesas à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa.

§ 1º A programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão publicados até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, referentes ao primeiro quadrimestre, e, para os demais quadrimestres, serão publicados até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre anterior.

§ 2º Para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, a programação e o cronograma serão publicados no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento das informações do Poder Executivo quanto à estimativa financeira, na forma estabelecida no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º A disponibilização das quotas orçamentárias será efetivada mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), para o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), e por cada órgão e entidade dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelos demais órgãos constitucionais independentes.

§ 4º Para o Poder Executivo, o ato referido no **caput** deste artigo será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo e suas alterações serão de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio de Portaria de seu titular.

§ 5º Cabe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a disponibilização mensal no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) ou outro sistema que vier a substituí-lo das receitas que compõem os Fundos vinculados a cada Poder ou órgão/entidade.

§ 6º Para subsidiar a programação de que trata o § 1º deste artigo, os órgãos e entidades do Poder Executivo deverão encaminhar as suas respectivas programações orçamentárias à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), via Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo, com base nos tetos da receita encaminhados pela Secretaria, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de janeiro e até o 25º (vigésimo quinto) dia dos meses de abril e de agosto.

Art. 55. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando os seguintes critérios:

I - proporcionalidade de participação de cada um, conforme limites definidos nesta Lei;

II - comportamento dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica;

III - cumprimento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências constitucionais aos Municípios e vinculação à educação e à saúde;

IV - conservação dos recursos das contrapartidas estaduais a convênios firmados; e

V - garantia do cumprimento das despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

§ 1º Cabe ao Poder Executivo informar aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes, até o 10º (décimo) dia após o encerramento do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, inclusive os parâmetros adotados.

§ 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, com base na informação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das informações, estabelecendo as despesas, com os respectivos valores, que serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º Na condição de estado de calamidade decretado na forma do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes deverão efetivar medidas de contingenciamento do orçamento e redimensionamento das quotas financeiras, para se adequar à receita arrecadada, enquanto perdurar o estado de calamidade, com exceção dos serviços considerados essenciais à sociedade.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS GERAIS PARA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Art. 56. A elaboração do Plano Plurianual deve conter diretrizes, objetivos e metas que deverão estar alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como contemplar ações que promovam a igualdade de gênero e garantia de direitos às populações tradicionais.

Art. 57. O monitoramento e a avaliação dos programas constantes do Plano Plurianual 2024-2027, financiados com recursos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, têm caráter permanente e destinam-se ao aperfeiçoamento dos programas de governo.

§ 1º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), a definição, por meio de ato específico a ser editado, de diretrizes e orientações técnicas para o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos programas integrantes do Plano Plurianual 2024-2027.

§ 2º Para o monitoramento e a avaliação dos indicadores, das metas regionalizadas e das ações dos programas de governo, deverá ser utilizado o Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), ou outro que vier a substituí-lo.

§ 3º Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) a administração do Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL

Art. 58. No exercício financeiro de 2025, a despesa total do Estado com pessoal, conforme definido no art. 18, apurada na forma do inciso II do art. 19, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo os limites estabelecidos no art. 20 da referida Lei Complementar Federal.

Art. 59. Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, fica vedado para aqueles que incorrerem no excesso:

I - a concessão de novas vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remunerações, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a obrigatoriedade da revisão, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - a criação de cargo, emprego ou função;

III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e

V - a realização de hora extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 60. Os projetos de lei sobre criação e transformação de cargos, bem como os relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, de demonstrativo da observância do inciso II do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo, as manifestações de que trata o **caput** deste artigo são de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), com a análise jurídica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

§ 2º Para atendimento do disposto no **caput** deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de declaração do titular do órgão/entidade e do ordenador de despesa, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

Art. 61. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes poderão realizar concurso público, ficando estes, desde já, condicionados à prorrogação dos que estão em vigência, bem como ao estabelecido no art. 16 e ao limite estabelecido no inciso II do art. 20, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 62. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes farão publicar, no Diário Oficial do Estado, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, a remuneração do pessoal ativo e inativo e dos pensionistas, realizada no bimestre anterior, na forma do demonstrativo constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

Art. 63. Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes disponibilizarão em seus respectivos sítios na Internet, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, informações atualizadas sobre

a lotação do pessoal ativo, conforme seus respectivos organogramas, na forma do demonstrativo constante do Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** do artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Art. 64. Ficam autorizadas as despesas relativas ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente nos limites compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2025.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 65. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequá-la à promoção do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural.

Parágrafo único. Os efeitos das alterações na legislação tributária serão considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com: I - benefícios e incentivos fiscais;

II - fiscalização e controle das renúncias fiscais condicionadas;

III - medidas do Governo Federal, em especial as de política tributária; e IV - tratamento tributário diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, bem como a outros contribuintes de micro e pequeno porte, inclusive os de caráter cooperativista e associativo, em especial os que têm origem em formas familiares de produção e consumo urbano e rural.

Art. 66. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor.

Art. 67. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei, em tramitação na Assembleia Legislativa.

§ 1º Se estimada a receita na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, será identificada a programação de despesa condicionada às alterações de que trata este artigo.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou sejam de forma a gerar receita menor que a estimada na Lei Orçamentária Anual, as dotações correspondentes serão canceladas na mesma proporção da frustração da estimativa de receita, mediante Decreto do Poder Executivo, até 31 de julho de 2025.

CAPÍTULO VIII

DAS POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 68. A política de fomento para o desenvolvimento, concebida a partir da dimensão e da diversidade territorial do Estado, tem como objetivo orientar e promover trajetórias sustentáveis voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, tendo como principais diretrizes:

I - consolidar e integrar a base produtiva do Estado, de forma a permitir maior difusão social dos impactos do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos de distribuição de renda e de melhoria das condições de vida da população e em consonância com Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS);

II - estimular políticas de desenvolvimento sustentável, bem como o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, visando a compatibilizar o aumento da produtividade com inclusão social, para a redução da desigualdade social, com o aproveitamento do potencial social, energético e do capital natural local;

III - promover políticas de inclusão social, prioritariamente, nas áreas com maiores níveis de exclusão social, aferidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), promovendo seminários itinerantes, contemplando em todos os Municípios pilotos, em especial os de baixa renda, com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada, que demonstrem prestação de contas com as atividades de fomento;

IV - promover o desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões, por meio do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), do fortalecimento da agricultura familiar, nos segmentos de comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de assentados de reforma agrária;

V - instituir políticas socioambientalmente sustentáveis, no Estado do Pará, garantindo os direitos dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo a gestão de recursos naturais, preservando as características regionais e reconhecendo projetos alternativos de sustentabilidade, mobilizando a participação do projeto Rotas de Integração Nacional, em alinhamento aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como vetor de desenvolvimento as redes de arranjos produtivos locais;

VI - estimular a economia verde, como uma das formas de desenvolvimento econômico, promovendo o bem-estar social, a redução dos riscos ambientais e a conservação do meio natural;

VII - promover política estadual que incremente a competitividade da indústria local, do comércio e dos serviços, e estimule a atração de novos empreendimentos, respeito à sustentabilidade social e econômica, assim como à legislação ambiental, fundiária e trabalhista, bem como a ampliação da política de igualdade de gênero e a igualdade de oportunidade;

VIII - implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI), das microempresas e empresas de pequeno porte, do cooperativismo, com beneficiamento de hortaliças e produção de frutas, mandioca, açaí e cacau, visando o fortalecimento sustentável, do associativismo, dos empreendimentos da economia solidária, da economia criativa, do terceiro setor, da parceria público-privada, do artesanato, da cultura e do esporte, incluindo os de identidade cultural;

IX - estimular as vantagens do associativismo e cooperativismo, com planejamento e controle da produção, compra de insumos, comercialização, análise de custos e captação de crédito e microcrédito;

X - fomentar a cooperação e o intercâmbio com outros países, objetivando incrementar o fluxo do comércio internacional e promover oportunidades de investimentos produtivos, em uma gestão integrada de desburocratização, com vistas a novos investimentos;

XI - promover o controle, acompanhamento, fiscalização e a verticalização da cadeia produtiva dos minerais metálicos e não metálicos; estimular a mineração responsável de gemas e metais preciosos; e fomentar a cadeia produtiva de agrominerais e novos insumos minerais para o setor das atividades minerais, verticalizando a cadeia produtiva de gemas e ouro e agrominerais para o setor agropecuário;

XII - democratizar o acesso ao crédito e ao financiamento, a fim de apoiar as iniciativas para o investimento, produção, serviços e consumo no Estado do Pará, estimulando a formalização da economia com foco na economia solidária e na produção familiar;

XIII - melhorar e viabilizar as condições de acessibilidade e mobilidade entre Municípios, com ênfase na qualidade de vida e respeito à pessoa com deficiência;

XIV - fortalecer o processo de expansão dos setores agropecuário e agroextrativista, do turismo rural, da piscicultura, da aquicultura, da pesca artesanal, ornamental e esportiva e da agricultura nas suas diversas técnicas de produção, especialmente da produção familiar, com estímulo e apoio aos diferentes elos da cadeia produtiva em bases sustentáveis e a expedição de certificação de produtos orgânicos, favorecendo a transição agroecológica e a segurança alimentar e nutricional;

XV - estimular a regularização fundiária e ambiental das atividades econômicas desenvolvidas no Estado, de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos em diretrizes de direitos humanos, bem como em respeito ao Decreto Federal nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;

XVI - promover ações e planos estratégicos, com vistas à geração de energia renovável e de baixo impacto, à conservação de energia e à eficiência energética, como alternativas econômica e ambientalmente sustentáveis, para o aumento da oferta;

XVII - estimular e fomentar ações de universalização do acesso à energia, em especial com a adoção de tecnologias para implantação de sistemas isolados e ao uso de fontes alternativas de água, em especial sistemas de captação de águas pluviais, em sinergia com as políticas de desenvolvimento sociais e econômicas;

XVIII - estimular a implantação e otimização de polos industriais no Estado do Pará, com foco nas especificidades regionais como forma de fortalecer as empresas estaduais, ampliando seus negócios, aumentando sua competitividade e reduzindo custos logísticos e de processamento locais e regionais, para o estabelecimento de mercado interno e externo;

XIX - implementar políticas de prevenção à vulnerabilidade de pessoas atingidas por barragens;

XX - estimular políticas de proteção do consumidor, especialmente para coibir práticas de aumento abusivo de preços, em razão de calamidades públicas;

XXI - fomentar a cooperação e integração entre as políticas públicas das diversas esferas de governo, objetivando a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado;

XXII - ampliar, adensar e enraizar o desenvolvimento econômico e social, promovendo a competitividade e a sustentabilidade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em consonância com as diretrizes e planos estratégicos do Estado;

XXIII - estimular a interação e cooperação entre atores de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com possibilidade de investimentos coletivos, promovendo processos de aquisição e agregação de conhecimentos, qualidade e valor a produtos e processos de empresas de Arranjos Produtivos Locais (APLs);

XXIV - estimular a implantação de projetos coletivos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), visando o desenvolvimento setorial, com foco nas especificidades e particularidades das Regiões de Integração do Estado;

XXV - implantação de políticas para o desenvolvimento inovativo e produtivo, visando incorporar uma visão sistêmica para o desenvolvimento econômico estadual;

XXVI - implementar políticas públicas voltadas ao combate à discriminação em virtude de raça, etnia, religião, expressão de gênero, peso, deficiência, estatura, condições de emprego, orientação sexual e idade;

XXVII - promover a leitura e a produção literária com foco na organização de bibliotecas comunitárias rurais e na formação de facilitadores de leiturização;

XXVIII - implementar políticas públicas para o desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária em comunidades quilombolas, ribeirinhas, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais;

XXIX - promover e fortalecer a cultura do açaí no âmbito do Estado do Pará, cujos incentivos deverão priorizar regiões com maior ocorrência de estoques naturais de açaí e onde a atividade desenvolva-se em empreendimentos familiares de produção e em feiras e mercados;

XXX - fomentar a cooperação e a integração entre os entes federados para fortalecer as políticas públicas de comercialização e abastecimento alimentar, apoiando a revitalização de equipamentos públicos de comercialização, fomentando a organização de ambientes de comercialização da produção agrofamiliar de base agroecológica, com fomento ao associativismo e ao cooperativismo, acesso a crédito, qualificação profissional, bem como democratizar o acesso a máquinas, equipamentos e insumos;

XXXI - fomentar a cooperação e a integração das políticas públicas para a implantação de assentamentos rurais em áreas públicas estaduais, articulando políticas públicas de regularização fundiária, moradia, infraestrutura, crédito e fomento às atividades produtivas familiares, em especial com foco na pacificação de conflitos agrários coletivos;

XXXII - implementar a política estadual de aquisição de alimentos para fortalecer a produção agrofamiliar, estimular a agroecológica e incrementar a renda em comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas;

XXXIII - fomentar a produção audiovisual e dar estímulo à cadeia produtiva e à valorização dos produtores e da produção audiovisual local;

XXXIV - implementar políticas de prevenção a acidentes e crimes ambientais, fomentando o desenvolvimento sustentável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, por meio da implantação de um sistema estadual de monitoramento de condicionantes de licenças ambientais; e realizar avaliações de impactos sinérgicas entre os grandes projetos, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a Avaliação Ambiental Integral (AAI);

XXXV - fomentar os prestadores de serviços turísticos com o objetivo de viabilizar a realização da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30), no Estado do Pará, em 2025;

XXXVI - implementar políticas públicas de primeiro emprego para profissionais graduados em Educação Especial, no âmbito do Estado do Pará;

XXXVII - estimular a ampliação de investimentos em infraestrutura e de alternativas para a melhoria da prestação de serviços públicos mediante autorização, concessão e parcerias público-privadas;

XXXVIII - articular interações entre produtos da cadeia produtiva local com outros países, fomentando a exportação;

XXXIX - promover a otimização do gasto público e alinhar as condicionantes dos incentivos fiscais e financeiros aos compromissos ambientais do Estado, após a realização de estudos de avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;

XL - fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas à biodiversidade amazônica em território paraense, fortalecendo desta forma a Bioeconomia;

XLI - VETADO;

XLII - VETADO;

XLIII - VETADO;

XLIV - VETADO;

XLV - VETADO.

Parágrafo único. O fomento referido no **caput** deste artigo será efetuado de forma autônoma e/ou complementar às de outras linhas de crédito oficiais existentes, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE);

II - Programa de Microcrédito (CREDCIDADÃO);

III - Banco do Estado do Pará (BANPARÁ);

IV - Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará (Crédito do Produtor);

V - Incentivo Financeiro e Fiscal;

VI - Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA);

VII - Fundo de Apoio à Cacaucultura do Pará (FUNCAUCAU);

VIII - Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (PARÁRURAL);

IX - Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO); e

X - Fundo Amazônia Agora.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, entidades, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e ser submetida previamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 1º A criação de fundos especiais deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

I - previsão das receitas específicas que o comporão;

II - vinculação de receitas a gastos determinados, que atendam a finalidade do fundo; e

III - vinculação a órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 2º Fica vedada:

I - a criação de fundo que tenha como finalidade o pagamento de despesa de pessoal; e

II - a criação de fundo, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira, de órgão ou entidade da Administração Pública.

Art. 70. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar as despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (em liquidação).

Parágrafo único. Os procedimentos e normas relativas à inscrição de despesas empenhadas a pagar e de despesas empenhadas a liquidar, respectivamente, em restos a pagar processados e não processados, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, respeitando a autonomia e a independência de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes.

Art. 71. Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes autorizados a parcelar os débitos de exercícios anteriores, reconhecidos administrativamente, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas e o controle sobre os gastos.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes poderão estabelecer normas por ato de seus titulares.

§ 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo deverão encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro, a relação das despesas do exercício anterior, com os valores e o objeto, por grupo de despesa.

§ 3º As normas operacionais aos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo serão estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

Art. 72. As normas e os prazos relativos ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício serão regulamentados por ato do Poder Executivo, os quais serão aplicáveis, no que couber, aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, sem prejuízo da competência e autonomia constitucional diretas.

§ 1º Caberá aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, inclusive seus fundos, movimentar seus recursos financeiros no Sistema de Conta Única do Estado, de acordo com as deliberações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

§ 2º De forma a assegurar o aperfeiçoamento da gestão financeira do Estado, poderão os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, aderir à sistemática definida no § 1º deste artigo.

Art. 73. Em atendimento ao § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o demonstrativo dos passivos contingentes e outros passivos fiscais, capazes de afetar as contas públicas no exercício de 2025, bem como as providências a serem adotadas, casos esses passivos se concretizem, estão definidos no Anexo I – Riscos Fiscais.

Parágrafo único. As entidades da Administração Pública indireta encaminharão anualmente, até 15 de fevereiro de cada exercício, à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), os dados relativos aos seus respectivos passivos contingentes, para subsidiar a consolidação das informações relativas ao Risco Fiscal, decorrentes de demandas judiciais contra o Estado.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 15 de julho de 2024.

HANA GHASSAN TUMA

Governadora do Estado em exercício

MENSAGEM Nº 043/2024-GG Belém, 15 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO (CHICÃO)

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Local

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho comunicar a Vossas Excelências que, nos termos do art. 108, §§ 1º e 2º, da Constituição Estadual, resolvi vetar parcialmente, o Projeto de Lei nº 266/24, de 25 de junho de 2024, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025”.

Durante o processo legislativo, o referido Projeto de Lei foi objeto de emendas parlamentares, as quais resolvi vetar, conforme explico a seguir:

A inclusão do inciso XII ao art. 11 da proposição legislativa restringe estratégias para alocação de recursos públicos, podendo limitar a flexibilização orçamentária e administrativa necessária para execução de políticas públicas. Por este motivo, lanço o veto por contrariar o interesse público.

Além disso, sobre a inclusão da alínea “c”, inciso II, ao art. 28 na presente legislação, ocorre o detalhadamente de requisitos específicos relacionados a antecedentes criminais dos membros dos diretores das instituições jurídicas, o que ultrapassa o escopo da legislação que se foca em diretrizes gerais para alocação de recursos públicos. Por isso, veto tal dispositivo por contrariedade ao interesse público.

Por fim, a inserção dos incisos XLI, XLII, XLIII, XLIV e XLV no art. 68 contraria o interesse público, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve concentrar-se em orientações abrangentes e estratégicas para a distribuição de recursos públicos, evitando pormenores excessivos que possam limitar a maleabilidade orçamentária e administrativa essencial para a implementação das políticas públicas.

Essas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são as razões que me levam a vetar parcialmente o Projeto de Lei em causa (inciso XII do art. 11, alínea “c”, inciso II do art. 28 e incisos XLI, XLII, XLIII, XLIV e XLV, do art. 68), as quais ora submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências.

HANA GHASSAN TUMA

Governadora do Estado em exercício



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

ANEXOS

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
2025

ANEXO I

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - RISCOS FISCAIS

(art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

I - PASSIVOS CONTINGENTES

O anexo de riscos fiscais vem apresentar informações dos passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais capazes de afetar as contas públicas no exercício financeiro vindouro.

Faz-se necessário destacar que, na área de atuação judicial, a regra é que todos os pagamentos resultantes de demandas judiciais sejam submetidos ao regime de precatórios ou de requisições de pequeno valor, nos termos da Constituição Federal, sendo que tais montantes não se identificam com o conceito de risco fiscal, uma vez que podem ser devidamente planejados e incluídos na previsão orçamentária.

Em razão disso, o anexo de riscos fiscais tem por finalidade evidenciar a possibilidade de concretização de eventos incertos, capazes de afetar o equilíbrio fiscal. É também instrumento de planejamento e transparência de gestão fiscal e de definição de estratégias de enfrentamento dos riscos na hipótese de eventual concretização.

O Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional dispõe que à medida que a gestão dos riscos fiscais for aperfeiçoada com a gradual identificação e monitoramento dos riscos, maior será a transparência da gestão fiscal e melhores serão seus resultados.

Portanto, para atender o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Estado do Pará apresenta o levantamento das demandas judiciais que estão em fase de execução, após o trânsito em julgado das decisões de conhecimento, e que representam dívidas em processos de reconhecimento para o Erário estadual.

Vale mencionar que os passivos contingentes se referem a possíveis obrigações de pagamentos, cuja confirmação depende da ocorrência de eventos futuros e incertos e cujo valor não pode ser mensurado com segurança.

Cumprido ressaltar que as demandas judiciais tramitam por prazos longos e em diversas instâncias, de modo que constam do Anexo de Riscos Fiscais por diversos exercícios, podendo ser reclassificadas ou dele excluídas de acordo com o andamento e o desfecho do processo judicial.

No que tange às demandas judiciais acompanhadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), parte considerável das ações está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido, ainda, o trânsito em julgado de condenações.

Salienta-se, portanto, a exclusão do anexo em questão, das demandas contra o Estado do Pará que ainda estão em fase de conhecimento, por não haver como ser aferido com precisão, o quantitativo que representam, uma vez que estão registradas pelo valor da causa no sistema de controle de processos.

Sendo assim, qualquer levantamento contábil nesse sentido divergiria absurdamente do real passivo em vias de ser devido.

De outro lado, dentre as demandas de massa e outras ações que já importaram condenações de valores ao Erário, o Estado do Pará, por meio de sua Procuradoria-Geral, tem atuado no sentido de promover a reversão das decisões judiciais, seja na instância local ou nas instâncias superiores, com resultados favoráveis em alguns casos e outras ações em via de julgamento no presente ano.

Passa-se a seguir, à exposição analítica do passivo contingente do Estado do Pará representado por demandas judiciais. Vale ressaltar que as informações sobre passivos contingentes do Estado abrangem não apenas as demandas judiciais acompanhadas diretamente pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também as demandas judiciais em fase de execução contra algumas entidades da Administração Indireta Estadual, tais como o IGEPPS, EMATER, COSANPA e COHAB.

A razão para a inclusão destas entidades é, em alguns casos, a sua natureza jurídica de direito público e, em outros, ser enquadrada como estatal dependente deste Ente Estadual.

Em relação às informações sobre bloqueios e sequestros em geral resultantes de descumprimento de decisões judiciais esta Procuradoria-Geral indica como suficiente para atender essas ocorrências o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Iniciando pelo levantamento feito junto à Administração Direta, a soma do total das dívidas em processo de reconhecimento do Estado do Pará importou em R\$

648.022.605,97 (seiscentos e quarenta e oito milhões, vinte e dois mil, seiscentos e cinco reais e noventa e sete centavos).

Ressalte-se que em relação aos processos judiciais em fase de execução, a Procuradoria do Estado do Pará (PGE), via de regra, apresenta impugnações aos valores cobrados, questionando parâmetros de cálculos utilizados, a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem gerar considerável redução dos valores finais a serem pagos.

Ademais, cumpre destacar que a Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública Estadual, por meio da qual a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) celebra acordos com interessados, busca reduzir demandas e o valor das condenações judiciais.

No que tange às dívidas em processo de reconhecimento, apuradas junto à Administração Direta já somadas no total acima apontado, destacam-se os processos de valores expressivos, que totalizam R\$ 520.437.745,74 (quinhentos e vinte milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais, e setenta e quatro centavos).

Em relação ao passivo contingente das entidades da Administração Indireta do Estado foram informadas as seguintes demandas judiciais de valor significativo, em fase de execução, e, portanto, compreendidas no conceito de dívidas em processo de reconhecimento.

O IGEPPS arrolou as demandas judiciais em tramitação as quais somam o importe de R\$ 102.251.759,71 (cento e dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

As demandas judiciais da EMATER alcançam a quantia de R\$ 13.273.024,48 (treze milhões, duzentos e setenta e três mil, vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos).

A FUNTEPLA informou passivo contingente no montante de R\$ 6.786.785,16 (seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

Em seu levantamento, o IDEFLOR-Bio apontou que os valores executados alcançam o valor de R\$ 890.513,82 (oitocentos e noventa mil, quinhentos e treze reais e oitenta e dois centavos).

A FSCMPA informou o valor de R\$ 2.201.202,39 (dois milhões, duzentos e um mil, duzentos e dois reais e trinta e nove centavos). E o HOL indicou o valor de R\$ 655.185,02 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e dois centavos).

Já a COHAB indicou que o passivo contingente em demandas em fase de execução judicial alcançam o valor de R\$ 907.922,09 (novecentos e sete mil, novecentos e vinte e dois reais e nove centavos).

Também informaram as demandas judiciais em fase de execução a FASEPA, no importe de R\$ 2.983.496,13 (dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e treze centavos) e a FPEHCGV, no valor de R\$ 2.006.391,24 (dois milhões, seis mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos).

A UEPA por sua vez apontou o montante de R\$ 1.483.444,46 (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos). Enquanto a ARCON relatou a soma de R\$ 1.627.389,24 (um milhão seiscentos e vinte e sete mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) referente aos valores executados.

Já a FCP indicou o valor de R\$ 399.822,42 (trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos), relativo às ações judiciais em fase executória.

Apontaram ainda demandas judiciais em fase de execução a CEASA, no valor total de R\$ 806.296,29 (oitocentos e seis mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos), o IMETRO, no importe de R\$ 747.611,43 (setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e onze reais e quarenta e três centavos), a ADEPARÁ no montante de R\$ 318.115,17 (trezentos e dezoito mil, cento e quinze reais e dezessete centavos), e o DETRAN na quantia de R\$ 2.851.994,08 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e oito centavos).

Por fim, a COSANPA indicou que seu passivo contingente alcança a quantia de R\$ 208.270.954,41 (Duzentos e oito milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Encerram-se assim as informações acerca do passivo contingente relacionado às demandas judiciais contra o Estado do Pará.

II - ATIVOS CONTINGENTES

Em oposição aos passivos contingentes, existem os ativos contingentes, que são direitos que estão sendo cobrados, judicial ou administrativamente e, sendo recebidos, geram receita adicional àquela prevista na Lei Orçamentária.

No caso do Estado do Pará, aponta-se a Dívida Ativa como ativo contingente. Esta se constitui em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores, por meio de órgão ou unidade específica instituída para fins de cobrança na forma da lei.

A inscrição de créditos em Dívida Ativa gera um ativo para o Estado, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei Estadual n. 6.182/1998 e Lei Federal n. 4.320/1964, que serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Por essa razão, considera-se a Dívida Ativa um ativo contingente.

Segundo a Lei Federal n. 4.320/1964, classifica-se, como Dívida Ativa Tributária, o crédito da Fazenda Pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e, como Dívida Ativa não Tributária, os demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, provenientes de multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados.

Compete à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), após análise de regularidade lidez, certeza e exigibilidade e ao processamento da inscrição em Certidão da Dívida Ativa (CDA), pela SEFA, a cobrança judicial, nos limites da Lei Estadual n. 8.870/2019.

Em levantamento das execuções propostas pelo Estado do Pará durante o exercício de 2023 junto ao sistema de controle de processos da Procuradoria - Geral, a Procuradoria da Dívida Ativa (PDA) informa que consta em execução o montante de R\$ 3.204.150.538,63 (três bilhões, duzentos e quatro milhões, cento e cinquenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos), passível, portanto, de incrementar o orçamento vindouro, caso finalizada a questão judicial por acordo ou decisão transitada em julgado.

Não se pode olvidar, todavia, que o recebimento dos ativos contingentes pelo Erário depende não somente da atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também da delonga na tramitação junto ao Poder Judiciário.

Por fim, registra-se que a Procuradoria-Geral possui um Núcleo de Inteligência para laborar sobre os grandes devedores e praticar diligências administrativas em concomitante com a tramitação jurídica a fim de agilizar a cobrança desses ativos.

III - CONCLUSÃO

Em seu anexo de risco fiscal, o Estado do Pará fornece as informações imprescindíveis para a quantificação dos passivos contingentes na LDO de 2025, em especial no que se refere ao total das ações em tramitação na fase executiva.

Busca-se ainda, apresentar além do passivo contingente da Administração Direta sob gestão da Procuradoria do Estado, o passivo existente junto a outras entidades de sua Administração Indireta, que por sua natureza e dependência econômica faz-se necessária a inclusão neste anexo.

Ajuizamento de ações rescisórias, interposição de recursos, a depender da matéria, até instâncias superiores e sustentações orais, demonstram a estratégia judicial usada por este Ente Público, por meio de sua Procuradoria do Estado, para atenuar o risco fiscal, sendo esta uma medida dentre outras tantas, tais como pedidos de suspensão e recursos contra liminares, entabulamento de acordos com deságio para a Fazenda Pública nas causas cuja probabilidade de êxito para o Estado seja remota, apoio às Indiretas, intervenção administrativa em tratativas de acordo ou junto ao Ministério Público.

Por fim, manteve-se a inclusão dos ativos contingentes, em similaridade à atuação adotada pela União em sua LDO, também como forma de demonstrar contraponto aos riscos fiscais ante a existência de possibilidades reais de aumento do orçamento anual vindouro.

RECEITA

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas. Por ocasião das projeções de receitas para a LDO 2025, discutia-se na Justiça a exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS. Além disso, pleiteava-se a concessão de medida cautelar para suspender a exigibilidade da TFRH -Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos (Lei nº 10.311/2023), exclusivamente no que se refere às atividades de geração de energia hidrelétrica. Diante desses eventos, foi estabelecido percentual de 5% sobre a estimativa da receita de ICMS e de 50% sobre a TFRH, para fins de estimativa de risco de frustação de receitas para o exercício de 2025.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

| AMF - (LRF, ART 4, §3) | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| PASSIVOS CONTINGENTES | VALOR | DESCRIÇÃO | PROVIDÊNCIAS |
| DEMANDAS JUDICIAIS | | | |
| BLOQUEIOS E SEQUESTROS | RS 2.000.000,00 | | Atuação judicial PGE |
| DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO | RS 648.022.605,97 | | Atuação judicial PGE e acordos. |
| IGEPSS | RS 102.251.759,71 | | |
| EMATER | RS 13.273.024,48 | | |
| FUNTELPA | RS 6.786.785,16 | | |
| IDEFLO- Bio | RS 890.513,82 | | |
| FSCMPA | RS 2.201.202,39 | Em se tratando de litígio judicial, caberá ao Poder Judiciário a decisão final. Esta Procuradoria-Geral do Estado iniciou um sistema que visa cadastrar e acompanhar, de forma mais efetiva, os processos judiciais e administrativos, com vistas a realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais. | |
| HOL | RS. 655.185,02 | | |
| COHAB | RS 907.922,09 | | |
| FASEPA | RS. 2.983.496,13 | | |
| FPEHCGV | RS 2.006.391,24 | | |
| UEPA | RS 1.483.444,46 | | |
| ARCON | RS. 1.627.389,24 | | |
| FCP | RS 399.822,42 | | |
| CEASA | RS 806.296,29 | | |
| IMETRO | RS 747.611,43 | | |
| ADEPARÁ | RS 318.115,17 | | |
| DETRAN | RS. 2.851.994,08 | | |
| COSANPA | RS 208.270.954,41 | | |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS | | | |
| DESCRIÇÃO | VALOR | PROVIDÊNCIAS | VALOR |
| Frustração de Receitas | RS 1.249.443.246 | Limitação de empenho | RS1.249.443.246 |
| TOTAL DOS RISCOS FISCAIS | | | RS2.237.608.492,65 |

FONTE: SEFA/DAIF

ANEXO II

METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
(LRF, art. 4º, § 1º)

As metas anuais projetadas para a LDO 2025, e exercícios subsequentes de 2026 e 2027, tiveram como base a arrecadação projetada para 2024, estimada na série histórica de arrecadação de receitas de exercícios anteriores, bem como os indicadores macroeconômicos divulgados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, em março de 2024.

Segundo estudos de cenários macroeconômicos elaborados pelo IPEA (Visão Geral da Conjuntura, de 2 de abril de 2024), o desempenho da economia brasileira em 2023 superou as expectativas iniciais do mercado. “O produto interno bruto (PIB) acumulou alta de 2,9% em 2023, mantendo o ritmo observado em 2022. Concomitantemente, observou-se uma desaceleração da inflação (4,62%). Esse resultado contrariou as expectativas de mercado de dezembro de 2022, que estimavam crescimento do PIB de 0,8% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 5,31% para 2023. A realidade, assim, suplantou os melhores prognósticos”. Para este ano, os prognósticos do IPEA apontam que “o crescimento do PIB deve ser 2%. Essa desaceleração em relação a 2023 é justificada principalmente pela queda esperada do valor adicionado da agropecuária (-3,2%), penalizada pela adversidade climática. Porém, outras commodities como petróleo podem ainda mostrar desempenho positivo, dada a competitividade das áreas do pré-sal, cada vez mais intensamente exploradas, especialmente se a expectativa de manutenção do ritmo de crescimento do PIB mundial em 2024 em relação a 2023 se concretizar”.

O ritmo econômico mais lento de crescimento do PIB em 2024, se reflete na queda do desemprego, que segundo o IBGE deve cair também em ritmo mais lento em 2024. De acordo com o economista da FGV/Ibre, Rodolfo Tobler, a taxa de desemprego em 2024 deve ficar em torno de 8%. Os juros devem cair no mesmo ritmo do desemprego, notadamente a Selic, que deve encerrar o ano em 9,5%. Os juros americanos e as incertezas em relação aos conflitos no oriente médio e no leste europeu, são fatores que têm influências na redução mais acelerada dos juros.

Em relação a taxa inflacionária, o IPEA estima em 4,0% o IPCA em 2024. Segundo o IPEA esse nível de inflação acima da meta de 3%, decorre da “expansão mais forte

da demanda internacional, assim como o acirramento dos conflitos internacionais pode gerar efeitos altistas sobre as commodities, impactando os custos de produção e, por conseguinte, o nível de preços. No âmbito doméstico, o crescimento mais robusto da atividade econômica em 2024, também pode acarretar pressões inflacionárias adicionais, principalmente sobre o setor de serviços”.

É importante ressaltar que as pautas de política econômica, como o projeto do novo Arcabouço Fiscal, assim como a Reforma Tributária aprovados em 2023, e que estão sendo regulamentados em 2024, certamente irão impactar as contas públicas em todas as esferas de governo, entretanto ainda são imponderáveis, razão pela qual não foram incorporados nas projeções das Receitas e Despesas elaboradas para a LDO 2025.

O rebatimento dessas perspectivas para o Estado do Pará, segundo projeções elaboradas pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA, apontam um crescimento para o PIB Pará de 2,64% para este ano, e de 3,33% para 2025. A FAPESPA também projetou com base no boletim Focus do Banco Central, o IPCA (IBGE) de 3,76% para 2024, e 3,51% para 2025. Esses indicadores foram adotados nas metodologias de projeções das receitas e despesas para o triênio 2025 a 2027.

A seguir são apresentadas, para o período de 2024 a 2027, as projeções dos indicadores econômicos e financeiros utilizados nas estimativas orçamentárias para esta LDO.

Tabela 01 - Indicadores Econômicos e Financeiros Estimados pela Fapespa, 2024 a 2027⁽¹⁾

| Indicador | Unidade de Medida | 2024 ⁽¹⁾ | 2025 ⁽¹⁾ | 2026 ⁽¹⁾ | 2027 ⁽¹⁾ |
|------------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Salário Mínimo ⁽²⁾ | R\$ | 1.412,00 | 1.506,60 | 1.603,25 | 1.714,56 |
| IN(1) | % | 1,61 | 1,44 | 1,22 | 0,89 |
| PIB Pará - Valor ⁽¹⁾ | Mil R\$ | 329.609.532 | 347.130.799 | 366.002.715 | 386.464.201 |
| PIB Pará-Crescimento real ⁽¹⁾ | % | 2,64 | 3,33 | 3,50 | 3,44 |

⁽¹⁾ Dados estimados em março/2024, com base na conjuntura do período, portanto sujeitos a alteração. Elaboração: Fapespa, 2023.

Tabela 02 - Indicadores Econômicos e Financeiros Estimados por Fontes Externas, Brasil 2024 a 2027⁽¹⁾

| Indicador (Mediana) | Unidade de Medida | 2024 ⁽¹⁾ | 2025 ⁽¹⁾ | 2026 ⁽¹⁾ | 2027 ⁽¹⁾ |
|-----------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| IPCA | % | 3,76 | 3,51 | 3,50 | 3,50 |
| IGP-M | % | 2,91 | 3,80 | 3,90 | 3,80 |
| Taxa Selic (média do período) | % | 8,97 | 8,51 | 8,42 | 8,34 |
| Taxa de câmbio (média do período) | R\$/US\$ | 4,91 | 4,97 | 5,02 | 5,05 |
| TJLP | % | 6,14 | 5,91 | 5,82 | 5,82 |
| TLP | % | 5,17 | 5,05 | 5,01 | 5,01 |
| PIB Brasil - Crescimento real | % | 1,77 | 2,00 | 2,00 | 2,00 |
| PIB Brasil - Valor corrente | Milhão R\$ | 11.298.713 | 11.899.326 | 12.546.238 | 13.247.639 |

⁽¹⁾ Dados estimados em março/2024, com base na conjuntura do período, portanto sujeitos a alteração. Fonte: Banco Central do Brasil em 17/05/2023; FIA PIB Brasil - Valor corrente retirados do IBCD data base: April 2023; e IBI BSA. Elaboração: Fapespa, 2023.

I - Metodologia e Memória de Cálculo da Projeção das Receitas Próprias

Na elaboração das projeções da receita estadual para a LDO 2025, adotou-se como ponto de partida a arrecadação projetada para 2024, estimada com base na série histórica da arrecadação de receitas de exercícios anteriores, conforme metodologia descrita a seguir. Para projetar a receita dos anos seguintes (2025, 2026 e 2027), foram utilizadas as taxas de crescimento previstas para o PIB Pará e PIB Brasil, bem como a estimativa da inflação (IPCA), divulgadas pela FAPESPA em março de 2024.

As arrecadações de ICMS, IPVA e ITCD foram estimadas com a utilização de modelos de séries temporais baseados em dois métodos comumente utilizados na previsão de receitas tributárias:

- Análise de séries temporais, metodologia Box-Jenkins, modelo SARIMA; e
- Análise de séries temporais, metodologia de Suavização Exponencial, modelo Holt Winters (aditivo e multiplicativo).

Esses métodos são utilizados para análise de séries temporais e têm propriedades direcionadas às projeções de valores futuros para um período curto de tempo, sendo que as informações necessárias à obtenção dos resultados são extraídas do comportamento da própria série de interesse.

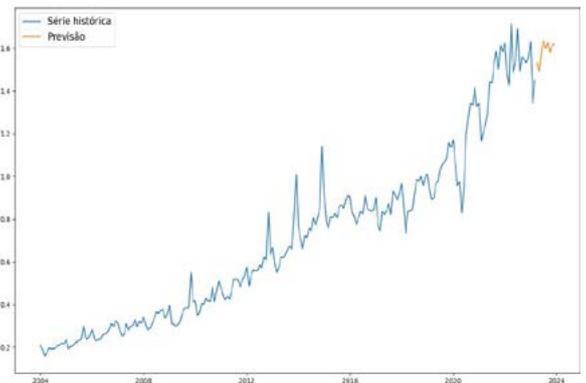
No cálculo das estimativas de ICMS, principal tributo do Estado, foram adotados os seguintes procedimentos:

1. O primeiro passo foi estruturar a base de dados com valores da arrecadação de exercícios anteriores (2004 a 2023). Utilizou-se não apenas a base de dados total, com os valores efetivamente observados, mas também valores pontualmente ajustados para o ano de 2022, tendo em vista a atipicidade do comportamento das receitas neste ano, em função do Prorefis – Programa de Regularização Fiscal (Decretos 2.103/21 e 2.149/22), bem como da publicação das Leis Complementares 192/2022 e 194/2022, que alterou a base de cálculo e alíquotas nos segmentos de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações;
2. Em seguida, a partir dos dados de arrecadação de 2004 a 2023 e com a utilização do software PYTHON, foram efetuados os cálculos de regressão linear SARIMA e Holt Winters para projetar os valores da arrecadação de 2024;
3. Sobre o valor da arrecadação estimado para 2024, realizaram-se os ajustes relativos às renúncias de receitas e aos impactos resultantes de eventuais alterações na legislação tributária.
4. A estimativa de arrecadação de ICMS dos anos seguintes (2025 a 2027) foi elaborada a partir dos valores estimados para 2024, acrescidos das variações do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA) projetadas para os respectivos anos.

Para a estimativa da arrecadação da Taxa Mineral (TFRM), foram considerados os recolhimentos efetuados em 2023, com os devidos ajustes em decorrência da publicação do Decreto Nº 1.353/21 e da Lei Nº 9.731/22.

A seguir são apresentados os resultados da aplicação da metodologia descrita na seção anterior para projeção da receita de ICMS:

Procedimento i e ii - Série Histórica da Arrecadação de ICMS (2004 a 2023) e previsão para 2024



Procedimento iii - Ajustes relativos às Renúncias de Receitas

Detalhado no Item II - Metodologia e Memória de Cálculo da Renúncia de Receitas.

Procedimento iv - Indicadores Econômicos, 2024 a 2027 (em fator)

| INDICADOR | ANO | | | |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| IPCA | 1,0376 | 1,0351 | 1,0350 | 1,0350 |
| PIB-PA | 1,0264 | 1,0333 | 1,0350 | 1,0344 |
| PIB-BR | 1,0177 | 1,0200 | 1,0200 | 1,0200 |
| MÉDIA -PIB PA / PIB BR | 1,0221 | 1,0267 | 1,0275 | 1,0272 |
| MÉDIA -PIB PA / PIB BR + IPCA | 1,0605 | 1,0627 | 1,0635 | 1,0632 |

Para a estimativa de arrecadação de ICMS para os anos de 2025 a 2027, considerou-se a arrecadação estimada para o ano de 2024, a projeção anual de inflação (IPCA-IBGE) e a média de crescimento real do PIB Brasil e do PIB Pará, conforme a seguir:

Receita ano (2025 a 2027) = Receita ano anterior x IPCA ano x Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano, em que:

- Receita ano: estimativa de arrecadação anual
- Receita ano anterior: arrecadação projetada para o ano anterior
- IPCA ano: projeção de inflação anual, medida pelo IPCA (em fator)

- Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano: média entre a projeção de crescimento real anual do PIB do Pará e a projeção de crescimento real anual do PIB do Brasil (em fator), divulgadas pela Fapespa em março de 2024.

O quadro a seguir apresenta as projeções de arrecadação dos principais tributos da Receita Própria Estadual para o período de 2025 a 2027, calculadas conforme a metodologia descrita.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2025

ESTIMATIVA DE RECEITA DE ICMS, IPVA, ITCD E TAXAS MINERAL E HÍDRICA (2025 A 2027)

R\$ MILHÕES

| RECEITA | ESTIMATIVA | | | VAR NOM.% | | |
|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 | 2025 | 2026 | 2027 |
| ICMS | 23.446,3 | 24.934,3 | 26.508,9 | 6,3% | 6,3% | 6,3% |
| IPVA | 1.391,8 | 1.480,1 | 1.573,6 | 6,3% | 6,3% | 6,3% |
| ITCD | 70,0 | 72,4 | 75,0 | 3,5% | 3,5% | 3,5% |
| TAXA MINERAL | 1.375,0 | 1.423,2 | 1.473,0 | 3,5% | 3,5% | 3,5% |
| TAXA HÍDRICA | 170,9 | 176,8 | 183,0 | 3,5% | 3,5% | 3,5% |
| TOTAL | 26.454,0 | 28.086,8 | 29.813,5 | 6,1% | 6,2% | 6,1% |

Fonte: SEFA/DAIF

Cabe destacar que, por ocasião da elaboração das projeções de receitas para a LDO 2025, discutia-se na Justiça a exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS. Além disso, pleiteava-se a concessão de medida cautelar para suspender a exigibilidade da FRRH - Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos (Lei nº 10.311/2023), exclusivamente no que se refere às atividades de geração de energia hidrelétrica, eventos que podem impactar a receita tributária do Estado.

No âmbito da despesa prevista para a LDO 2025, cujos principais grupos de contas têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes parâmetros:

DESPESAS CORRENTES

1. Pessoal e Encargos Sociais: É a maior despesa do Estado na categoria de despesa corrente (que engloba toda a despesa de custeio – pessoal, material de consumo, encargos sociais e transferências correntes, além dos Juros e Encargos da Dívida). Para a LDO 2025, a projeção da Despesa com Pessoal e Encargos, adotou processo semelhante ao utilizado na estimativa da Receita. Inicialmente foi projetada a Despesa com Pessoal para 2024 (atualização dos valores orçados na LOA 2024), considerando a folha já efetivamente paga (sem atipicidades e sem elementos com pagamentos eventuais ou não permanentes), com a incorporação do crescimento vegetativo da folha de pagamento (0,5% mês) e férias.

Vale lembrar que os prováveis impactos e acréscimos dos eventos previstos para acontecer em 2024, tais como: ingresso de concursados, planos e cargos de carreiras e salários, reestruturação organizacional, reajustes de salários e gratificações e promoções de pessoal, foram incorporados nas projeções de 2024.

Nesse sentido a folha em 2024, três folhas foram efetivadas, a de janeiro, fevereiro e março, e considerando essas folhas optou-se por utilizar como ponto de partida das projeções de atualização da folha em 2024 e as folhas de 2025, uma folha híbrida, composta pela folha paga em março, incluindo os órgãos que pagam suas folhas com recursos próprios, exceto a folha paga pela SEDUC. A folha da SEDUC utilizada foi a de fevereiro, mais realista e completa se comparada à de março.

Conhecido o ponto de partida a projeção de atualização do montante das Despesas de Pessoal e Encargos para 2025 observou o seguinte procedimento metodológico.

A partir de janeiro o ponto de partida incorpora o crescimento vegetativo da folha, (estimado em 0,05% ao mês). Esse processo se repete até dezembro. Sobre os montantes apurados de janeiro a dezembro é imputada a média dos valores pagos relativos a férias (33%).

O valor das Despesas de Pessoal para 2025, considera ainda os eventos de ingresso de novos concursos, PCCR, gratificações e outras despesas relacionadas a pessoal com perspectiva de acontecer em 2025.

2. Demais Despesas Correntes:

As Despesas Correntes desde 2023 não agregam mais os valores referentes Transferência Constitucionais para os Municípios (TCM) e a contribuição estadual para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), que são deduzidos diretamente da receita projetada sobre os Impostos que constituem os referidos repasses obrigatórios. A projeção dessa despesa para a LDO 2025 considerou inicialmente a reestimativa de 2024 corrigida pelo IPCA estimado pela FAPESPA para o mesmo ano, e seu encadeamento para 2025, também corrigida, acrescido de eventos

previstos para 2025, como implantação de novas usinas da paz, hospitais, escolas e outras despesas que deverão elevar as despesas de custeio.

3. Encargos e Juros da Dívida: A apuração dessa Despesa é feita pela SEFA com base no que reza os convênios, tratados e contratos de operações de créditos, observando os indexadores pactuados de taxas de juros, taxas de câmbios. Também é considerado os cronogramas de pagamentos dessas operações. Vale lembrar que nessa despesa não se incluiu os pagamentos dos principais das dívidas contraídas (amortizações).

DESPESAS DE CAPITAL

4. Amortizações Financeiras: São despesas com o pagamento ou refinanciamento do principal das dívidas públicas internas e externas, bem como da atualização monetária ou cambial da dívida. Essas despesas, a exemplo dos Encargos e Juros da Dívida é apurada pela SEFA, observando cronogramas de pagamentos e os indexadores de taxas de juros e câmbios.

5. Inversões Financeiras: É uma despesa de capital destinada a aquisição de imóveis; aquisições de títulos do capital de empresas ou entidades, que não importe em aumento de capital; e aporte para aumento de capital de empresas ou entidades, que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Os procedimentos de projeção dessa despesa de capital, compreendeu a correção de preços (IPCA), para essa despesa em 2024, considerando a dotação atualizada das Inversões Financeiras de 2023, informada no Relatório Bimestral da Execução Orçamentária (novembro e dezembro de 2023), republicado no Diário Oficial nº 35.698 de 27 de fevereiro de 2024. Em seguida o valor atualizado de 2024 foi projetado para 2025 através da correção inflacionária do IPCA projetado pela FAPESPA para o mesmo ano.

6. Investimentos: A conta de capital referente a investimentos, é uma despesa discricionária, que não observa regras e limites, tem forte identidade com as prioridades do governo para: mitigação das desigualdades socioeconômicas; promover o crescimento e o desenvolvimento do Estado; fortalecer a infraestrutura produtiva do Estado, etc. O valor das despesas com investimentos é apurado pelas operações de crédito, liberação de créditos de operações já contratadas em exercícios anteriores e novas contratações com liberações no exercício vigente, e pela disponibilidade das receitas, após a dedução das despesas correntes e de capital, especialmente as de caráter obrigatório, como Pessoal e Encargos e as Despesas Correntes vinculadas a Educação e Saúde. Importante salientar que da disponibilidade de receita (resultado operacional), parte é destinada as reservas de contingências e reservas do Regime Próprio da Previdência Social. O saldo final, pode ou não vir a compor as despesas de Investimentos. Desde 2019 o Governo vem dando atenção especial as despesas de Investimentos, buscando de forma sistemática e contínua assegurar níveis de investimentos condizentes com as necessidades da COP 30 e da infraestrutura produtiva e social, que se traduzam no crescimento e desenvolvimento do Pará.

7. Reserva de Contingência: O valor projetado para a Reserva de Contingência observa o limite de até 3% da RCL previsto na Constituição. As projeções para os anos subsequentes de 2026 e 2027, consideraram para as Despesas de Pessoal, ODC, Inversões Financeiras a correção pelos respectivos IPCA estimados pela FAPESPA. Para as Despesas com Juros e Encargos da Dívida e Amortizações, os valores previstos para 2026 e 2027 são aqueles informados pela SEFA, considerando os cronogramas previstos nos contratos de operações financeiras firmados com o Estado.

As estimativas com as Despesas de Investimentos observam a tendência de queda nas operações de crédito para os anos de 2026 e 2027, registradas nas projeções das receitas estaduais, elaboradas pela SEFA.

ESTIMATIVA DE DESPESAS 2025

| GRANDES GRUPOS | 2025 VALORES EM R\$ 1,00 | 2026 VALORES EM R\$ 1,00 | 2027 VALORES EM R\$ 1,00 |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Despesas Correntes | 43.479.056.090,46 | 45.334.740.445,17 | 46.867.352.018,47 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 26.204.196.316,52 | 27.121.343.187,59 | 28.070.590.199,16 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.068.789.506,00 | 1.440.114.530,26 | 1.436.414.196,53 |
| Outras Despesas de Correntes (ODC) | 16.206.070.267,94 | 16.773.282.727,32 | 17.360.347.622,78 |
| Despesas Capital | 8.465.666.154,06 | 6.595.006.893,41 | 4.965.054.735,66 |
| Investimentos | 7.559.709.828,30 | 5.193.099.444,27 | 3.569.748.273,58 |
| Inversões Financeiras | 233.549.566,98 | 241.723.801,82 | 250.184.134,89 |
| Amortizações Financeiras | 672.406.758,78 | 1.160.183.647,32 | 1.145.122.327,19 |
| Reserva de Contingência | 317.620.844,34 | 328.737.573,89 | 340.243.388,98 |
| TOTAL | 52.262.343.088,86 | 52.258.484.912,48 | 52.172.650.143,11 |

As projeções das Receitas e Despesas para esta LDO 2025, registraram resultado primário, pelo critério acima da linha e sem o RPPS, deficitário de R\$ 3,9 bilhões. Esse resultado é motivado principalmente pelo crescimento na contratação das operações de crédito, que impactam as despesas primárias. Essas novas operações se fazem necessárias para promover os investimentos da COP-30 e dar prosseguimento das ações do Governo de desenvolvimento do Estado do Pará.

Quanto ao resultado nominal, indicador que representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública, espera-se para 2025, também um resultado negativo da ordem de R\$ 3,4 bilhões, decorrente do crescimento do serviço da dívida, em razão das novas contratações financeiras.

Importante destacar que as ações planejadas pelo Governo e refletidas nesta LDO, também, são analisadas com base na capacidade de endividamento do Estado, cujos limites foram apurados, para 2025, de acordo com a legislação vigente e evidenciam que o Estado se encontra bem abaixo do índice de endividamento, conforme Resolução do Senado Federal, que é de até 200% da RCL.

| DISCRIMINAÇÃO | VALORES |
|----------------------------------|--------------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) | R\$ 10.720.587.059 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) | R\$ 39.702.605.543 |
| NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO (DCL/RCL) | 27% |

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ANUAIS
2025**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º § 1º)

R\$ mil

| ESPECIFICAÇÃO | LDO 2025 | | | | LDO 2026 | | | | LDO 2027 | | | |
|------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB)x100 | % RCL (a/RCL)x100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB)x100 | % RCL (b/RCL)x100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (a/PIB)x100 | % RCL (a/RCL)x100 |
| Receita Total | 47.465,477 | 45.855,933 | 13,67 | 115,50 | 47.132,870 | 43.994,788 | 12,88 | 111,81 | 46.654,621 | 42.075,730 | 12,07 | 107,64 |
| Receitas Primárias (I) | 41.871,423 | 40.451,573 | 12,06 | 101,89 | 44.343,058 | 41.390,720 | 12,12 | 105,20 | 45.587,865 | 41.113,670 | 11,80 | 105,18 |
| Receitas Primárias Correntes | 41.773,480 | 40.356,951 | 12,03 | 101,65 | 44.238,202 | 41.292,845 | 12,09 | 104,95 | 45.485,781 | 41.021,605 | 11,77 | 104,94 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 18.207,590 | 17.590,175 | 5,25 | 44,30 | 19.320,249 | 18.033,917 | 5,28 | 45,83 | 20.491,541 | 18.480,410 | 5,30 | 47,28 |
| Transferências Correntes | 19.414,696 | 18.756,348 | 5,59 | 47,24 | 20.473,880 | 19.110,740 | 5,59 | 48,57 | 20.196,911 | 18.214,696 | 5,23 | 46,60 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 4.151,193 | 4.010,427 | 1,20 | 10,10 | 4.444,073 | 4.148,189 | 1,21 | 10,54 | 4.797,330 | 4.326,499 | 1,24 | 11,07 |
| Receitas Primárias de Capital | 97,944 | 94,622 | 0,03 | 0,24 | 104,856 | 97,875 | 0,03 | 0,25 | 102,083 | 92,064 | 0,03 | 0,24 |
| Despesa Total | 47.465,477 | 45.855,933 | 13,67 | 115,50 | 47.132,870 | 43.994,788 | 12,88 | 111,81 | 46.547,785 | 41.979,379 | 12,04 | 107,39 |
| Despesas Primárias (II) | 45.724,280 | 44.173,781 | 13,17 | 111,26 | 44.532,572 | 41.567,616 | 12,17 | 105,65 | 44.073,371 | 39.747,815 | 11,40 | 101,68 |
| Despesas Primárias Correntes | 37.931,021 | 36.644,789 | 10,93 | 92,30 | 39.097,749 | 36.494,641 | 10,68 | 92,75 | 40.253,439 | 36.302,788 | 10,42 | 92,87 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 21.407,330 | 20.681,412 | 6,17 | 52,09 | 21.995,728 | 20.531,264 | 6,01 | 52,18 | 22.552,848 | 20.339,411 | 5,84 | 52,03 |
| Outras Despesas Correntes | 16.523,691 | 15.963,377 | 4,76 | 40,21 | 17.102,020 | 15.963,377 | 4,67 | 40,57 | 17.700,591 | 15.963,377 | 4,58 | 40,84 |
| Despesas Primárias de Capital | 7.793,259 | 7.529,992 | 2,25 | 18,96 | 5.434,823 | 5.072,976 | 1,48 | 12,89 | 3.819,932 | 3.445,027 | 0,99 | 8,81 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II) | (3.852,857) | (3.722,208) | -1,11 | -9,38 | (189,513) | (176,896) | -0,05 | -0,45 | 1.514,494 | 1.365,855 | 0,39 | 3,49 |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 16.570,405 | 16.008,506 | 4,77 | 40,32 | 17.606,832 | 16.434,578 | 4,81 | 41,77 | 17.562,927 | 15.839,224 | 4,54 | 40,52 |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | 10.720,587 | 10.357,054 | 3,09 | 26,09 | 11.552,270 | 10.783,126 | 3,16 | 27,41 | 11.296,456 | 10.187,771 | 2,92 | 26,06 |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha | (3.376,405) | (3.261,912) | -0,97 | -8,22 | (831,683) | (776,310) | -0,23 | -1,97 | 255,815 | 230,708 | 0,07 | 0,59 |

FONTES: SEPLAD e SEFA/CFIS

Nota: - Valores constantes a preços do IPCA do respectivo ano, projetado pela Fapespa bem como a evolução do PIB - Pará;

- O Resultado Nominal está de acordo como a metodologia apresentada no MDF 14º ed., onde o resultado positivo significa que haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, em conformidade com a metodologia definida pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª Edição.

O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

| VARIÁVEIS | LDO 2025 | LDO 2026 | LDO 2027 |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Projeção do PIB Pará R\$ Milhares | 347.130,799 | 366.002,715 | 386.484,201 |
| IPCA (%) | 3,51% | 3,50% | 3,50% |
| Receita Corrente Líquida - RCL R\$ Milhares | 39.702.605,543 | 42.152.643,549 | 43.344.429,031 |

**DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR**
(LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

As metas fiscais projetadas para a LDO 2023, após a execução orçamentária, atestam o esforço do atual Governo do Estado do Pará, na manutenção do desenvolvimento econômico do Estado.

Através de uma gestão orçamentária e financeira eficiente, o Estado superou as metas fixadas para o exercício de 2023, o que possibilitou um incremento maior nas suas ações, conforme pode ser observado na tabela deste demonstrativo. A Receita Total estimada em R\$ 38,43 bilhões, foi realizada em R\$ 43,84 bilhões, um crescimento de 14,07%, bem acima das projeções da FAPESPA para o crescimento real do PIB Pará (3,17%), considerando o IPCA registrado pelo IBGE para o ano de 2023 de 3,51%.

A Receita Primária apurada a partir das projeções feitas para a LDO 2023, totalizaram R\$ 36,55 bilhões, enquanto que a Despesa Primária também estimada, resultaram em R\$ 38,92 bilhões, com isso o Resultado Primário, pelo critério acima da linha, sem RPPS, registrou déficit de R\$ 2,373 bilhões, menor que nas projeções, que previa déficit de R\$ 4,275 bilhões, resultado do uso de Superávit Financeiro Apurado no exercício orçamentário de 2022.

O Resultado Primário apurado, a partir da diferença entre a Receita Primária realizada (R\$ 36,55 bilhões) e a Despesa Primária executada (R\$ 38,92 bilhões), apresentou déficit de R\$ 2,37 bilhões.

O reflexo desta Gestão pode ser observado no comparativo dos dados da Dívida Pública. Enquanto o Governo mantém o objetivo de investir no desenvolvimento do Estado, tanto com recursos próprios, quanto através de empréstimos, a Dívida Consolidada Líquida foi de 1,64 bilhões, constatando que os haveres financeiros do Estado foram em montante suficiente para arcar com a Dívida Pública Consolidada do exercício de 2022.

A meta do Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha, e sem RPPS, projetada pela LDO 2023 de R\$ - 4,109 milhões (negativo), tendo em vista o valor deste indicador apurado após a execução orçamentária de 2023, ter registrado valor déficit de R\$ 1,901 bilhões, resultado do uso de Superávit Financeiro Apurado no exercício orçamentário de 2022.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2025**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º § 2º, inciso I)

R\$ mil

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2023 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2023 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|--------------------------------------|-----------------------------|-------|--------|------------------------------|-------|--------|-----------------|-------------|
| | | | | | | | Valor (c)=(b-a) | % (c/a)x100 |
| Receita Total | 38,438,076 | 16,07 | 129,50 | 43,847,453 | 18,33 | 120,90 | 5,409,377 | 14,07 |
| Receitas Primárias (I) | 34,001,914 | 14,21 | 114,56 | 36,555,391 | 15,28 | 100,80 | 2,553,477 | 7,51 |
| Despesa Total | 38,244,627 | 15,99 | 128,85 | 43,847,453 | 18,33 | 120,90 | 5,602,826 | 14,65 |
| Despesas Primárias (II) | 38,276,956 | 16,00 | 128,96 | 38,929,083 | 16,27 | 107,34 | 652,127 | 1,70 |
| Resultado Primário III=(I-II) | (4,275,042) | -1,79 | -14,40 | (2,373,692) | -0,99 | -6,55 | 1,901,350 | -44,48 |
| Resultado Nominal | (4,109,088) | -1,72 | -13,84 | (1,901,970) | -0,80 | -5,24 | 2,207,118 | -53,71 |
| Dívida Pública Consolidada | 7,027,303 | 2,94 | 23,68 | 7,091,322 | 2,96 | 19,55 | 64,019 | 0,91 |
| Dívida Consolidada Líquida | 1,227,631 | 0,51 | 4,14 | 1,644,664 | 0,69 | 4,53 | 417,033 | 33,97 |

FONTE: SEFA/DICONF/SEPLAD

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR R\$ |
|----------------------------------------------------------------------|-------------|
| Previsão do PIB Estadual para 2022 R\$ Milhares (1) | 239,216,424 |
| Receita Corrente Líquida 2022 - Previsão (R\$ Milhares) | 29,681,183 |
| Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022 R\$ Milhares (1) | 239,216,424 |
| Receita Corrente Líquida 2022 - Realizado) R\$ Milhares | 36,266,172 |

FONTE: FAPESPA/SEFA

Nota: (1) Segundo a FAPESPA o PIB Estadual tem defasagem de dois anos, com isso 2022 se refere a previsão atualizada e não ao valor efetivado.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025
ANEXO DE METAS FISCAIS**

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

As metas fiscais fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios de 2023 a 2025, que integram o Quadro Demonstrativo 3, refletem a gestão fiscal eficiente do exercício de 2023, a qual permitiu que, mesmo diante de um cenário de incerteza, devido principalmente a publicação da Lei Complementar nº 192/2022, não acarretassem reflexos significativos na projeção das metas fiscais para os exercícios subsequentes.

Considerando, também, a forte crise econômica ocasionada pela Pandemia do Covid-19 em 2020 e 2021, as projeções para 2025 a 2027, denotam o

resultado das ações de recuperação e desenvolvimento adotadas pelo Governo Estadual e as perspectivas de ajustes a serem seguidas em decorrência da LC nº 192/2022, visando alcançar cenário de recuperação econômica e de manutenção do equilíbrio fiscal, que tem sido observado em todos os exercícios analisados.

Na Dívida Pública sinaliza o estímulo ao desenvolvimento do Estado, onde, mesmo com panorama econômico incerto e de flutuações nas taxas de câmbio, o Estado tem adotado novos empréstimos para manter os investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado, especialmente aqueles que irão melhorar sobremaneira a infraestrutura de logística de Belém, para que possa receber a COP-30, em novembro de 2025.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º § 2º)

R\$ mil

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|--------|-------------|--------|------------|--------|------------|---------|
| | LDO 2022 | LDO 2023 | % | LDO 2024 | % | LDO 2025 | % | LDO 2026 | % | LDO 2027 | % |
| Receita Total | 30.399.239 | 38.438.076 | 26,44 | 46.615.017 | 21,27 | 47.465.477 | 1,82 | 47.132.870 | -0,70 | 46.654.621 | -1,01 |
| Receitas Primárias (I) | 29.116.996 | 34.001.914 | 16,78 | 37.870.448 | 11,38 | 41.871.423 | 10,56 | 44.343.058 | 5,90 | 45.587.865 | 2,81 |
| Despesa Total | 30.399.239 | 38.438.076 | 26,44 | 46.615.017 | 21,27 | 47.465.477 | 1,82 | 47.132.870 | -0,70 | 46.547.785 | -1,24 |
| Despesas Primárias (II) | 29.108.877 | 38.276.956 | 31,50 | 40.884.752 | 6,81 | 45.724.280 | 11,84 | 44.532.572 | -2,61 | 44.073.371 | -1,03 |
| Resultado Primário (III)=(I-II) | 8.118 | (4.275.042) | -52.758,51 | (3.014.304) | -29,49 | (3.852.857) | 27,82 | (189.513) | -95,08 | 1.514.494 | -899,15 |
| Resultado Nominal | (348.562) | (4.109.088) | 1.078,87 | (4.257.813) | 3,62 | (3.376.405) | -20,70 | (831.683) | -75,37 | 255.815 | -130,76 |
| Dívida Pública Consolidada | 7.385.959 | 7.027.303 | -4,86 | 12.529.115 | 78,29 | 16.570.405 | 32,26 | 17.606.832 | 6,25 | 17.562.927 | -0,25 |
| Dívida Consolidada Líquida | 4.751.792 | 1.227.631 | -74,16 | 5.477.978 | 346,22 | 10.720.587 | 95,70 | 11.552.270 | 7,76 | 11.296.456 | -2,21 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|-------------|------------|-------------|--------|-------------|--------|------------|--------|------------|---------|
| | LDO 2022 | LDO 2023 | % | LDO 2024 | % | LDO 2025 | % | LDO 2026 | % | LDO 2027 | % |
| Receita Total | 28.378.015 | 37.138.238 | 30,87 | 46.615.017 | 25,52 | 45.855.933 | -1,63 | 43.994.788 | -4,06 | 42.075.730 | -4,36 |
| Receitas Primárias (I) | 27.181.027 | 32.852.091 | 20,86 | 37.870.448 | 15,28 | 43.341.110 | 14,45 | 41.390.720 | -4,50 | 41.113.670 | -0,67 |
| Despesa Total | 28.378.015 | 37.138.238 | 30,87 | 46.615.017 | 25,52 | 49.131.515 | 5,40 | 43.994.788 | -10,46 | 41.979.379 | -4,58 |
| Despesas Primárias (II) | 27.173.448 | 36.982.566 | 36,10 | 40.884.752 | 10,55 | 47.329.203 | 15,76 | 41.567.616 | -12,17 | 39.747.815 | -4,38 |
| Resultado Primário (III)=(I-II) | 7.579 | (4.130.475) | -54.601,56 | (3.014.304) | -27,02 | (3.988.092) | 32,31 | (176.896) | -95,56 | 1.365.855 | -872,12 |
| Resultado Nominal | (325.387) | (3.970.133) | 1.120,13 | (4.257.813) | 7,25 | (3.494.916) | -17,92 | (776.310) | -77,79 | 230.708 | -129,72 |
| Dívida Pública Consolidada | 6.894.872 | 6.789.664 | -1,53 | 12.529.115 | 84,53 | 17.152.026 | 36,90 | 16.434.578 | -4,18 | 15.839.224 | -3,62 |
| Dívida Consolidada Líquida | 4.435.848 | 1.186.117 | -73,26 | 5.477.978 | 361,84 | 11.096.880 | 102,57 | 10.783.126 | -2,83 | 10.187.771 | -5,52 |

Fonte: SEPLAD/SEFA-CFIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes Indices de Inflação*

| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
|------|------|------|------|------|------|
| 3,00 | 3,50 | 3,50 | 3,51 | 3,50 | 3,50 |

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

| AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) | | R\$ 1,00 | | | | | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|---------------|--------------------------|---------------|--|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2023 | % | 2022 | % | 2021 | % | |
| Patrimônio/Capital | 175.704.096,92 | 0,47 | 175.510.588,20 | 0,54 | 175.343.248,33 | 0,67 | |
| Reservas | 11.770.675,41 | 0,03 | 11.668.829,24 | 0,04 | 11.585.159,31 | 0,04 | |
| Resultado Acumulado | 37.478.245,042,41 | 99,51 | 32.146.259,987,45 | 99,42 | 25.902.014,054,99 | 99,28 | |
| TOTAL | 37.665.719.813,74 | 100,00 | 32.333.439.404,89 | 100,00 | 26.088.942.462,63 | 100,00 | |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2023 | % | 2022 | % | 2021 | % |
|--------------------------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|
| Patrimônio | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 4.847.781.935,98 | 100,00 | 4.826.634.886,30 | 100,00 | 4.645.754.542,60 | 100,00 |
| TOTAL | 4.847.781.935,98 | 100,00 | 4.826.634.886,30 | 100,00 | 4.645.754.542,60 | 100,00 |

Fonte: Sistema SIAFE, Unidade Responsável SEFA/DICONF, Data de emissão 16/abr/2024 e Hora de emissão 13h22min.
Nota: Foram excluídos os valores do Patrimônio Líquido referentes ao Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, por não pertencer ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará - RPPS.

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Estado, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo" e o "Passivo". Conforme a 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido: o patrimônio / capital social, as reservas e os resultados acumulados, além de outros desdobramentos do saldo patrimonial, conforme abaixo:

- Patrimônio / Capital Social: Compreende o patrimônio social das Autarquias, Fundações e Fundos e o capital social das demais entidades da Administração Indireta.
- Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitam pelo resultado, a reserva constituída com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mistas, e os superávits ou déficits acumulados apurados nos órgãos das Administrações: Direta, Autarquias, Fundações e Fundos, conjugados com os registros ocorridos nas contas de ajustes de exercícios anteriores, que evidenciam os efeitos das mudanças de critérios contábeis ou erros imputáveis a exercícios anteriores, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Notas:

- Elaborado conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 14ª edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 699, de 7 de julho de 2023, demonstra a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no caso 2024, e que se refere a (LDO) de 2025.
- No exercício de 2023, a variação consolidada do PL apresentou um aumento de 16,49% em relação a 2022, passando de R\$ 32,333 bilhões para R\$ 37,666 bilhões. O percentual de participação de cada Poder, referente ao PL apresentou-se da seguinte forma: Poder Executivo 94,80%, Poder Judiciário 2,67%, Poder Legislativo 1,23%, Ministério Público 1,16%, e Defensoria Pública 0,14%. Por Tipo de Administração, o percentual de participação sobre o PL do Estado apresentou-se: Administração Direta 76,97%, Autarquias 16,20%, Sociedades de Economia Mista 0,81%, Empresas Públicas 1,74%, Fundações 3,84%, e Fundos da Administração Direta 0,44%. Os principais fatores que ocasionaram esse resultado foram:

- Apuração do resultado patrimonial do exercício, positivo em R\$ 5,179 bilhões, constituído por R\$ 5,156 bilhões, apurado pelos órgãos da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, e R\$ 23 milhões, apurado pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Esse valor é

obtido pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas que totalizaram R\$ 111,216 e R\$ 106,037 bilhões, respectivamente.

- As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista apresentaram variações positivas, no biênio 2023/2022, nas contas de adiantamento para futuro aumento de capital, reservas de lucros, lucros e prejuízos acumulados, e ajustes de exercícios anteriores nos seguintes valores - R\$ 194 mil, R\$ 102 mil, R\$ 90,00 milhões, e R\$ 7,580 milhões respectivamente, e variação negativa na conta de resultado do exercício no valor de R\$ 67,630 milhões.
 - Nos tipos de Administrações: Direta, Fundos, Autarquias e Fundações houve decréscimo nas contas de ajustes de exercícios anteriores de R\$ 52,037 milhões, em relação ao exercício de 2022.
- O PL referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS) é constituído pelo Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV), Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), e pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Foram apurados no período de 2021 a 2023 os seguintes resultados:
 - Em 2021 o resultado patrimonial foi positivo no FINANPREV e FUNPREV em R\$ 77 milhões e 649 milhões, respectivamente. Houve também no IGEPPS (Administrativo) resultado patrimonial positivo de R\$ 5 milhões, sendo apurado um patrimônio líquido ao final do exercício de R\$ 615 milhões (FINANPREV), R\$ 4,020 bilhões (FUNPREV) e R\$ 11 milhões (IGEPPS), resultando em acréscimos percentuais no FINANPREV, FUNPREV e IGEPPS em relação a 2020, de 14,34%, 19,27% e 74,86%, respectivamente. Essas variações devem-se principalmente, no caso do FINANPREV, do saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo no valor de R\$ 12 milhões, e do aumento das alíquotas de segurados e patronal que passaram de 11% e 18% para 14% e 23%, respectivamente. Quanto ao acréscimo ocorrido no FUNPREV os fatores relevantes foram também o aumento das alíquotas conforme supracitado, combinado com o ingresso de novos servidores tanto do poder executivo quanto dos outros poderes, que ocasionaram aumento na arrecadação, e do decréscimo das perdas referente às aplicações financeiras.
 - Em 2022 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Financeiro e negativo no Plano Previdenciário em R\$ 257 milhões e R\$ -128 milhões, respectivamente, enquanto no IGEPPS (Administrativo) houve um resultado patrimonial positivo de R\$ 50 milhões. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 873 milhões no Plano Financeiro, R\$ 3,892 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 62 milhões no IGEPPS/Administrativo, resultando em um acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro, e (IGEPPS/Administrativo) em relação a 2021, de 41,84%, 468,84%, respectivamente, e um decréscimo de 3,17% no Plano Previdenciário. Essas variações devem-se principalmente, no caso do Plano Financeiro, do saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, das transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei 125/2019 e das receitas referente às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência-RGPS. Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraorçamentárias referente às taxas administrativas pagas ao (IGEPPS/Administrativo), as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.
 - Em 2023 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Financeiro e negativo no Plano Previdenciário, e no IGEPPS (Administrativo) em R\$ 153 milhões, R\$ -95 milhões, e -37 milhões respectivamente. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 1,026 bilhão no Plano Financeiro, R\$ 3,797 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 25 milhões no (IGEPPS/Administrativo), resultando em acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro de 17,58%, e decréscimos no (IGEPPS/Administrativo), e previdenciário, em relação a 2022, de 59,40%, e 2,45%, respectivamente. Essas variações devem-se principalmente, no que se refere ao Plano Financeiro aos seguintes fatores: apuração de saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei 125/2019 e ingressos de receitas referente às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência-RGPS. Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraorçamentárias referente às taxas administrativas pagas ao (IGEPPS/Administrativo), as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

| AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) | | R\$ 1,00 | | |
|------------------------------------------------------|----------------------|---------------|---------------|--|
| RECEITAS REALIZADAS | 2023 | 2022 | 2021 | |
| | (a) | (b) | (c) | |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 25.703.640,43 | 21.210.122,00 | 13.714.016,41 | |
| Alienação de Bens Móveis | 8.292.281,77 | 4.403.850,00 | 2.083.595,00 | |
| Alienação de Bens Imóveis | 12.957.001,20 | 13.554.203,89 | 10.673.136,33 | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 4.454.357,46 | 3.252.068,11 | 957.285,08 | |

DESPESAS EXECUTADAS

| DESPESAS DE CAPITAL | 2023 | 2022 | 2021 |
|----------------------------------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| | (d) | (e) | (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 11.655.731,14 | 7.931.512,58 | 9.034.461,51 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 11.655.731,14 | 7.931.512,58 | 9.034.461,51 |
| Investimentos | 11.655.731,14 | 7.931.512,58 | 9.034.461,51 |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| SALDO FINANCEIRO | 2023 | 2022 | 2021 |
| | (g)=(a-IId)+IIIh) | (h)=(Ib-Ile)+IIIf) | (i)=(Ic-IIIi) |
| VALOR (III) | 42.556.080,72 | 28.508.171,43 | 15.229.562,01 |

Fonte: Sistema SIAFE, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 16/abr/2024 e Hora de emissão 12h11min.

Nota: O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos recursos RREO/LRF, Anexo 11 considera como executada as despesas pagas, enquanto esse, Anexo de Metas Fiscais, considera as despesas empenhadas.

Notas:

- A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- A receita de capital oriunda da alienação de ativos, em 2023, totalizou R\$ 25,703 milhões, sendo em sua maioria referente a bens imóveis, correspondendo a 50,42% do total realizado.
- No que se refere às alienações de bens móveis representaram 32,26% do total dessas receitas realizadas, e os rendimentos de aplicações financeiras oriundos das respectivas alienações corresponderam a 17,32%.
- Quanto às despesas empenhadas, com recursos da alienação de ativos, em 2023, totalizaram o valor de R\$ 11,656 milhões, em despesas de capital investimentos restando um saldo de R\$ 42,556 milhões a ser aplicado nos exercícios seguintes.
- Comparando com 2022, o exercício de 2023 apresentou um acréscimo de arrecadação nas receitas de alienação de ativos de 21,19% e um acréscimo na aplicação desses recursos de 46,95%.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

(LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV)

1. HISTÓRICO E ABRANGÊNCIA

A gestão eficiente do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Pará é pauta prioritária para o governo, uma vez que assegura a concessão de benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes nos momentos de maior vulnerabilidade social, como nos eventos de incapacidade permanente, morte ou idade avançada.

Diante da relevante finalidade dos recursos geridos pelos regimes próprios de previdência social, bem como da necessidade de serem estabelecidas normas gerais de organização e funcionamento das entidades gestoras desses regimes foi aprovada a Lei Federal nº. 9717, de 27 de novembro de 1998.

A citada legislação introduziu regras de contabilidade e atuária que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos presentes e futuros aos beneficiários de tais regimes.

A Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, trouxe as regras para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos de todas as esferas de governo, estabelecendo normas gerais de contabilidade e atuária que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos aos beneficiários de tais regimes.

Em sequência, a Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998, em seu artigo 40 e, posteriormente, a Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, consolidaram a instituição dos Regimes Próprios de Previdência Social ao estabelecerem que "aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o Regime de Previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial".

No âmbito estadual, o sistema previdenciário dos servidores públicos foi estruturado a partir da Lei Complementar nº. 39, de 09 de janeiro de 2002. Em seguida, por meio da Lei Complementar nº. 44/2003 foi criado o Igeprev, autarquia estadual com personalidade jurídica de direito público, responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará, bem como pelo acompanhamento e controle do Plano de Custeio Previdenciário e pelo gerenciamento do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Finanprev e o Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência – CEP.

1.1. Regras Excepcionais do Sistema Previdenciário Estadual

1.1.1. Sistema de Proteção Social dos Militares

Os militares estaduais antes vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado passaram a ser regidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), instituído pela lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Assim, conforme legislação atual, eles não integram mais o RPPS/PA.

Na referida Lei não há exigência quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial desse sistema, no entanto, a responsabilidade financeira e fiscal é inerente a qualquer despesa pública, independente de sua natureza específica. Assim, persiste a necessidade de se gerir com responsabilidade os recursos provenientes das contribuições (militar e patronal) no intuito de garantir a manutenção dos pagamentos dos proventos de inatividade e pensão e auxílio por morte e especial aos seus dependentes.

Portanto, no presente documento, também, será apresentado o resultado atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, para fins de acompanhamento dos órgãos de controle e transparência à sociedade.

Na esfera estadual, o SPSM foi criado a partir da Lei Complementar nº. 142, de 16 de dezembro de 2021, que alterou e revogou alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 039, de 09 de janeiro de 2002, da Lei Estadual nº 4.491 de 28 de novembro de 1973, da Lei Estadual nº 5.162-A de 16 de outubro de 1984 e da Lei 5.251, de 31 de julho de 1985.

O Sistema de Proteção Social dos Militares visa prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios relativos à inatividade (reserva remunerada/reforma) e à pensão militar. O citado sistema está vinculado ao Igeprev, que passa a denominar-se IGEPPS (Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará), ao

qual compete gerir os benefícios referentes à inatividade e pensão militares, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência e Proteção Social.

No intuito de regulamentar o novo sistema foi publicada a Lei Estadual nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021, que trouxe adequações necessárias em alguns dispositivos da Lei Estadual nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, no tocante à criação da Diretoria de Proteção Social dos Militares, a qual passou a compor a Diretoria Executiva do Instituto (IGEPPS) juntamente com os cargos comissionados de Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Previdência e Procurador-Chefe, que deverão ter reputação ilibada, formação em nível superior e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Dito de outro modo, os procedimentos operacionais relativos à concessão e pagamento das reservas remuneradas, reformas e pensões por morte e especial da categoria militar continuam a ser geridos pelo IGEPPS, bem como a gestão contábil e o acompanhamento do plano de custeio do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará. Na prática, houve alteração da natureza dos benefícios que deixam de ser previdenciários e passam a serem custeados pela contribuição dos militares e pelo Tesouro Estadual.

1.1.1. Outros pagamentos e serviços de natureza não previdenciária

Além de gerir os benefícios decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares, o IGEPPS também realiza a gestão contábil e financeira de outros benefícios de natureza assistencial e não previdenciária. São eles: pensão especial militar (a partir do mês de junho do exercício de 2022), auxílio funeral de inativos civis, salário família e as Requisições de Pequeno Valor – RPV, pensão especial, auxílio morte e auxílio doença. Inclusive a partir de 2024, foi configurada uma UG 840250 para execução orçamentária e financeira de despesas não previdenciárias, cuja denominação é Encargos Administrativos Igepps.

2. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E DO SPSM

O plano previdenciário e o plano de benefícios do SPSM instituídos garantem aos servidores públicos e militares estaduais os seguintes benefícios:

a) Civis:

No tocante aos segurados: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e por idade, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho e aposentadoria compulsória. Em relação aos dependentes: pensão por morte e a pensão por ausência.

b) Militares (SPSM):

No tocante aos militares: reserva remunerada a pedido, reserva remunerada "ex officio", reforma "ex officio" por invalidez e reforma "ex officio" por idade. Em relação aos dependentes: pensão por morte, pensão especial e a pensão por ausência.

2.1 Singularidades da contabilidade pública aplicada aos regimes próprios

Apesar das unidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social serem parte integrante da administração direta ou indireta do ente público que as instituiu (União, Estado, Distrito Federal ou Município), elas guardam singularidades no tocante às regras de contabilidade pública aplicadas, especialmente relativas aos seguintes aspectos (LIMA E GUIMARÃES, 2009):

(a) visão de longo prazo: a preocupação é que a entidade se perpetue, para que seja possível o cumprimento do seu objeto social.

(b) foco no patrimônio: diferentemente da maioria dos órgãos públicos, a preocupação dos RPPS não está voltada exclusivamente para a execução orçamentária e financeira, mas também para o fortalecimento de seu patrimônio, objetivando garantir as condições de honrar os compromissos previdenciários sob sua responsabilidade.

(c) trazer as provisões para o balanço: as provisões atuariais constituídas são fundamentais, para aferir a capacidade de os RPPS garantirem a cobertura dos compromissos assumidos no momento do ingresso do servidor ao regime.

(d) taxa de administração: a unidade gestora dos RPPS dispõe de um limite de recursos para fazer face aos seus gastos administrativos, que pode ser controlado em conta contábil específica (em caso de opção) e com possibilidade de acumulação, a fim de constituir reserva, para utilização em exercícios posteriores (em caso de alíquota expressamente definida).

(e) carteira de investimentos – objetivando garantir a segurança, a rentabilidade, a solvência e a liquidez dos ativos, ou seja, a sustentabilidade do regime, os recursos disponíveis dos RPPS devem ser aplicados conforme as condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, mediante resoluções atualizadas, para que se mantenham as melhores remunerações e os menores riscos para os ativos financeiros dos RPPS.

2.2 Custeio da Previdência Pública Estadual

O financiamento dos benefícios previdenciários do RPPS do Estado do Pará é realizado por dois fundos, ambos de natureza contábil:

✓ **Finanprev¹**, vinculado ao IGEPPS, gerido em regime de fluxo de caixa ou repartição simples, constituído por recursos arrecadados das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas (segurado), bem como do Estado (patronal). A finalidade desse fundo é prover recursos para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos beneficiários civis do RPPS Estadual.

A Lei Complementar n 112/2016 que alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos Segurados e do Patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016.

Ressalta-se, que diante da insuficiência de recursos, o Tesouro Estadual aporta ao Finanprev, mensalmente, valores complementares para cumprir as obrigações com a massa de servidores inativos e pensionistas a ele vinculados.

✓ **Funprev²**, vinculado ao IGEPPS, gerido em regime de capitalização das contribuições dos servidores e do Estado, em que os recursos são aplicados em ativos financeiros comercializados por entidades públicas e privadas do mercado financeiro, formando as reservas necessárias ao pagamento dos compromissos futuros.

O Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, cuja finalidade é prover recursos, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão, reserva remunerada e reforma aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado, a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016.

2.2.1 Histórico das Alíquotas de contribuição do RPPS/PA

As receitas dos Fundos têm suas origens asseguradas pelas seguintes contribuições: Estado, Autarquias, Fundações, servidores efetivos, dotações previstas na LOA, créditos adicionais, produto da alienação de bens que lhe forem destinados, rendimentos de seu patrimônio, recursos de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços, recursos de operações de crédito, compensação previdenciária

¹ Constituído pelos servidores efetivos que ingressaram no serviço público até 29.12.2016.

² Constituído pelos servidores efetivos que ingressaram no serviço público após 01.01.2017.

com o RGPS, legados e rendas extraordinárias ou eventuais, bem como, pelos aportes repassados pelo governo do Estado para cobertura de eventuais insuficiências financeiras que venham a ocorrer.

Desde a instituição do Regime Próprio de Previdência Estadual as alíquotas de contribuição previdenciária (Segurado e Patronal) vêm sendo majoradas na tentativa de minimizar o déficit da previdência pública estadual, desonerar o Tesouro Estadual e contribuir para o alcance do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

2.2.1.1 Contribuição dos servidores públicos ativos, militares ativos, inativos civis, pensionistas civis e inativos militares (Código 0254 - Segurado)

2.2.1.1.1 FINANPREV

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

- Contribuição mensal dos segurados ativos à razão de 8% (oito por cento) sobre a parcela de remuneração ou subsídio;

Os pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

- Contribuição dos segurados ativos, à razão de 11% (onze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição;

- Contribuição dos inativos e pensionistas civis, à razão de 11% sobre a parcela dos proventos que excedia o teto do RGPS. Houve período excepcional de abril de 2005 a janeiro de 2006, no qual os inativos e pensionistas civis contribuíram na base de 11%, incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superassem 50% do teto do RGPS.

- No caso de invalidez comprovada, nos termos da lei, percentual de 11% incidia sobre o dobro do teto do RGPS.

- Os inativos e pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência.

c) A partir de Abril de 2020 (LC 128/20):

- Contribuição dos servidores públicos ativos à razão de 14% (catorze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição.

- Contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas, excluídos os inativos e pensionistas militares, à razão de 14% (catorze por cento), sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o teto do RGPS.

- A categoria militar passou a ser regida por normas específicas aqui demonstradas em subitem específico.

2.2.1.1.2 FUNPREV

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

- Contribuição mensal do Estado através dos órgãos dos Poderes Executivo, suas Autarquias e Fundações públicas, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, à razão de 16% (dezesesse por cento) da remuneração e subsídios.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

- Contribuição mensal do Estado, à razão de 11% de que trata o inciso III deste artigo, relativa aos servidores que ingressaram no Estado após 11 de janeiro de 2002, obedecerá à mesma razão de contribuição estabelecida para os segurados ativos.

c) A partir de Abril de 2020 (LC49/05):

- Contribuição mensal do Estado, por intermédio dos órgãos do Poder Executivo, suas autarquias, inclusive as de regime especial, e fundações, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Contas, relativa aos segurados civis vinculados ao FUNPREV, à razão de 14% (catorze por cento), incidentes sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos respectivos servidores públicos, ativos e inativos, e pensionistas.

2.2.1.2 Alíquotas dos Militares do Estado do Pará

No que concerne aos militares estaduais, destaca-se que, por força do art. 24-C do Decreto-Lei nº 667/69 (com redação dada pela Lei Federal nº 13.954/19), e por determinação da PGE/PA, passaram a ser aplicadas aos militares ativos, inativos e seus pensionistas, a partir de abril/2020, alíquotas iguais à aplicável às Forças Armadas, no percentual de 9,5% (nove e meio por cento) até dezembro de 2020 e a partir de janeiro de 2021 foi majorada para 10,5%, nos termos da legislação federal.

No período de abril de 2020 a dezembro de 2020, o SPSM ainda estava em fase de estruturação, por esta razão a Contribuição do Estado (Patronal) foi aplicada, provisoriamente, nos mesmos parâmetros aplicados aos civis, ou seja, Militares Finanprev – 18% e Militares Funprev – 11%.

No ano de 2021, em virtude do texto da lei federal e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2021 terem sido omissos no que tange às alíquotas pertinentes ao desconto patronal dos militares, a Secretaria da Fazenda Estadual – SEFA/PA concluiu que não era devida a cobrança de tal contribuição, as quais, inclusive,

não estavam contempladas nos cálculos contábeis referentes à execução da despesa e da receita de contribuições patronais relativas à categoria militar.

A partir da LC nº. 142/2021, os militares (ativos, reserva, reforma e pensionistas) foram formalmente absorvidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, passando a pertencer a UG específica, totalmente apartada de nossos fundos financeiro e previdenciário, além de ser dotado de independência patrimonial e financeira.

Portanto, a contar de janeiro de 2022, a contribuição dos militares ativos, inativos e dos beneficiários de pensão por morte militar à razão de 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) sobre a totalidade da base de contribuição e a contribuição mensal do Estado, à razão de 18% (dezoito por cento), incidente sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos segurados. No caso de insuficiência de recursos, deve o Estado, via contribuição complementar, cobrir a diferença entre o valor das contribuições (segurado e patronal) arrecadadas no mês anterior, e o valor necessário ao pagamento dos benefícios.

2.2.1.3 Contribuição Previdenciária de servidor afastado por licença sem vencimento

A LC nº 128/2020 introduziu a obrigatoriedade de recolhimento previdenciário por parte dos servidores licenciados sem vencimentos. Isto porque, estabelecem os artigos 91-A e 92-A da LC nº 39/2002, que durante o período de licença sem remuneração, o vínculo do servidor com o RPPS Estadual se mantém, razão pelo que o segurado em gozo de licença sem remuneração contribuirá para o regime durante o período de afastamento, recolhendo a contribuição (segurado e patronal), diretamente ao IGEPPS, por meio de documento próprio de arrecadação.

Além disso, apesar dos artigos 87 e 88 da Lei Complementar nº39/2002 estabelecerem em seus textos que as contribuições previdenciárias do Estado e aquelas devidas pelos segurados serão recolhidas ao IGEPPS até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente, em virtude da Emenda Constitucional nº 77/2020, a partir da competência Abril/2020, entrou em vigor mudança em relação à data limite para que sejam realizados os repasses das contribuições previdenciárias ao IGEPPS, por intermédio dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Pará.

Neste sentido, a redação do artigo 218 da Constituição do Estado do Pará, trazida com a emenda constitucional nº 77/2020 (artigo 19), determina o repasse das contribuições segurado e patronal até o dia 10 do mês subsequente.

2.3 Gestão Única do RPPS

A Lei nº. 9.717/98 e, posteriormente, a introdução do §20 no art. 40 da CF/88 pela EC nº. 41/2003 vedam a existência de mais de um regime próprio de previdência social, para os servidores públicos titulares de cargos efetivos no âmbito da União, de cada ente federativo e dos Municípios, bem como proíbe que seja instituída mais de uma unidade gestora para este regime.

A citada exigência representa um grande desafio para a União, Estados e Municípios que, historicamente, realizam a gestão da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas de maneira segregada, seja por poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), seja por órgãos distintos, no âmbito de um mesmo poder.

A importância da gestão única dos benefícios previdenciários é inquestionável, uma vez que assegura maior controle dos dados funcionais, financeiros, previdenciários e fiscais dos servidores públicos, evitando a aplicação de entendimentos, rotinas e procedimentos diversos para concessão, manutenção e extinção de benefícios previdenciários.

Ademais, a gestão única do RPPS contribui para o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, além de coibir/minimizar a ocorrência de fraudes e facilitar o controle e fiscalização realizada pelos órgãos de controle interno e externo.

Dessa forma, a convergência das bases de dados cadastrais para o órgão Gestor Único Previdenciário (IGEPPS) passou a ser objetivo central das ações do Poder Executivo.

A atual gestão do IGEPPS vem atuando junto aos Poderes Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Auxiliares para obtenção de acesso aos dados cadastrais dessas instituições e, posteriormente, viabilizar o processamento da Folha de Inativos e pensionistas pendentes de migração. Como exemplo, destaca-se a parceria firmada entre IGEPPS e demais Poderes, unindo esforços quanto à realização do Censo de ativos e inativos.

3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2021-2023

PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO)

| AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II) | R\$ milhares | | |
|----------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | 2.148.068 | 2.800.215 | 3.805.938 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 826.439 | 1.008.181 | 1.187.153 |
| Civil | 826.439 | 1.008.181 | 1.187.153 |
| Ativo | 704.963 | 811.806 | 941.824 |
| Inativo | 92.766 | 163.329 | 208.083 |
| Pensionista | 28.710 | 33.046 | 37.246 |
| Militar | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Outras Receitas de Contribuição | - | - | - |
| Receita de Contribuições Patronais | 1.305.694 | 1.613.067 | 1.913.993 |
| Civil | 1.305.694 | 1.613.067 | 1.913.993 |
| Ativo | 1.147.928 | 1.301.550 | 1.504.814 |
| Inativo | 111.926 | 259.133 | 347.054 |
| Pensionista | 45.840 | 52.384 | 62.125 |
| Militar | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 11.574 | 41.556 | 421.011 |
| Receita Imobiliárias | - | - | - |
| Receita de Valores Mobiliários | 11.574 | 41.556 | 421.011 |
| Outras Receitas patrimoniais | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | 4.359 | 137.411 | 283.781 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 1.626 | 135.051 | 275.687 |
| Demais Receitas Correntes | 2.732 | 2.360 | 8.094 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de empréstimo | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII+IX) | 2.148.068 | 2.800.215 | 3.805.938 |

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan, Coaf e Cofin).

Nota: * Os valores referentes às contribuições previdenciárias dos Servidores Militares em 2020 eram vinculadas ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 27/1/1969.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO)

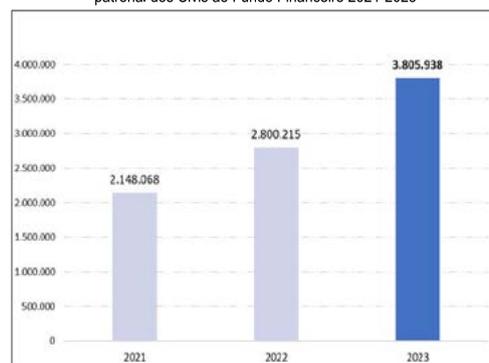
| AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II) | R\$ milhares | | |
|---------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| ADMINISTRAÇÃO (XI) | 101.742 | 196.583 | 213.226 |
| Despesas Correntes | 86.919 | 163.269 | 189.576 |
| Despesa de Capital | 14.823 | 33.314 | 23.650 |
| PREVIDÊNCIA (XII) | 3.192.835 | 3.913.827 | 4.643.455 |
| Benefício-Civil | 3.051.653 | 3.850.978 | 4.428.366 |
| Aposentadoria | 2.504.341 | 3.178.602 | 3.708.898 |
| Pensões | 547.312 | 672.376 | 719.468 |
| Aposentadoria e Pensões - DEA | - | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - |
| Benefício - Militar | - | - | - |
| Reforma | - | - | - |
| Pensões | - | - | - |
| Reforma e Pensões - DEA | - | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - |
| Outras despesas Previdenciárias | 141.182 | 62.849 | 215.089 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | 141.182 | 62.849 | 215.089 |
| Patronal | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS REVIDÊNCIÁRIAS(XIII)=(XI+XII) | 3.192.835 | 3.913.827 | 4.643.455 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV)=(X-XIII) | -1.044.766 | -1.113.611 | -837.516 |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FINANPREV | 2021 | 2022 | 2023 |
| Recursos para cobertura de insuficiência financeira | 817.376 | 991.272 | 846.861 |
| Aporte de Rendimentos previsto no art. 6º da LC 115/17 | - | - | - |
| Outros Aportes para RPPS | 271.429 | - | - |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 214.310 | 206.767 | 246.313 |
| Investimento e Aplicação | 334.904 | 422.263 | 439.311 |
| Outros Bens e Direitos | - | - | - |

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan, Coaf e Cofin).

Nota: * Os valores referentes às despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2020 eram vinculadas ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na LG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 27/1/1969.

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Financeiro de 2023, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita de Contribuições Previdenciárias (Segurado e Patronal) da contribuição dos civis ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 18,31% a maior em relação a 2022 e 45,45% a maior quando comparado ao ano de 2021.

Gráfico 1: Evolução da receita previdenciária das contribuições de segurado e patronal dos Civis ao Fundo Financeiro 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

A variação da rentabilidade dos investimentos no FINANPREV em 2023 apresentou resultado positivo. Entretanto, ao comparar o exercício de 2023 com 2022, observou-se a variação da rentabilidade dos fundos no percentual 913,12% a mais.

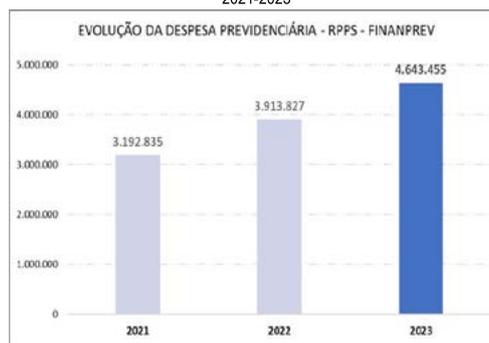
Gráfico 2: Evolução da rentabilidade dos investimentos no Fundo Financeiro 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

Com relação à Despesa Previdenciária da contribuição dos civis do RPPS do Estado do Pará ao Fundo Financeiro observa-se que em 2023 houve uma variação de 18,64% para mais em comparação ao ano de 2022 e uma variação de 45,43% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2021. A variação da despesa entre os exercícios 2022-2021 representa uma variação positiva de 22,58%.

Gráfico 3: Evolução da despesa previdenciária dos Civis ao Fundo Financeiro 2021-2023

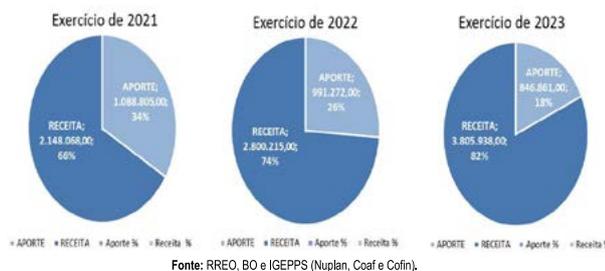


Fonte: COAF/IGEPPS.

Ressalte-se que o aumento significativo da receita no Fundo Financeiro - FINANPREV originou-se em 2017, com o surgimento da Lei Complementar 112/2016, que alterou a data de corte da segregação de massa e possibilitou a migração da receita dos servidores que outrora pertenciam ao Fundo previdenciário – FUNPREV, para o FINANPREV, com o intuito de reduzir o déficit da previdência estadual e o Aporte do Tesouro Estadual. Destaca-se ainda a continuidade no aumento da receita previdenciária em função da reforma da previdência que majorou as alíquotas de 11% para 14% segurado e 18% para 23% patronal (FINANPREV), e 11% para 14% segurado e 11% para 14% patronal (FUNPREV).

Como o FINANPREV é um fundo em extinção, há uma tendência de redução no valor das contribuições com o ingresso de segurados para a inatividade e/ou com a concessão de benefícios de pensões, ocasionando a necessidade da cobertura do déficit previdenciário por meio da complementação do Tesouro Estadual em níveis crescentes. A velocidade com que ocorrerá a elevação do déficit depende do fluxo dos benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Figura 1: Evolução da participação dos aportes para cobertura do déficit na despesa total previdenciária (FINANPREV), 2021-2023.



O percentual da receita de contribuição do regime de repartição simples, no total das despesas previdenciárias para os anos de 2021 a 2023 é apresentado na Figura 1, e mostra que, em 2023 o aporte para cobertura de déficit efetuado pelo governo ficou em aproximadamente 18%. A receita da compensação previdenciária e a rentabilidade dos fundos de investimentos contribuíram para a redução do aporte.

Esses números mostram que em cada R\$1,00 gasto com o sistema previdenciário estadual em 2023, as contribuições dos segurados e patronal contribuíram com aproximadamente R\$0,82 e o tesouro estadual com aproximadamente R\$0,18.

Ao analisar o ano de 2023 em relação ao ano de 2022, nota-se diminuição da dependência de aporte em 15%. Vale salientar que a partir de 2018, houve uma redução considerável no aporte do tesouro estadual em decorrência das Leis Complementares nº112/2016, nº115/2017 e nº125/2019, reduzindo a dependência dos recursos do tesouro estadual para o financiamento dos benefícios previdenciários vinculados ao FINANPREV.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

R\$ milhares

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
|---------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 295.120 | 385.395 | 392.628 |
| Receta de Contribuições dos Segurados | 50.324 | 79.045 | 108.707 |
| Civil | 50.324 | 79.045 | 108.707 |
| Ativo | 50.324 | 79.045 | 108.603 |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | 104 |
| Militar | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Receta de Contribuições Patronais | 47.210 | 72.012 | 112.295 |
| Civil | 47.210 | 72.012 | 112.295 |
| Ativo | 47.210 | 72.012 | 112.295 |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Militar | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos | - | - | - |
| Receta Patrimonial | 197.586 | 234.338 | 171.626 |
| Receta Imobiliária | - | - | - |
| Receta de Valores Mobiliários | 197.586 | 234.338 | 171.626 |
| Outras Receitas patrimoniais | - | - | - |
| Receta de Serviços | - | - | - |
| Receta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de empréstimo | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I+II) | 295.120 | 385.395 | 392.628 |

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan, Coaf e Cofin).

Nota: 1 Os valores referentes às contribuições previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na UG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

R\$ milhares

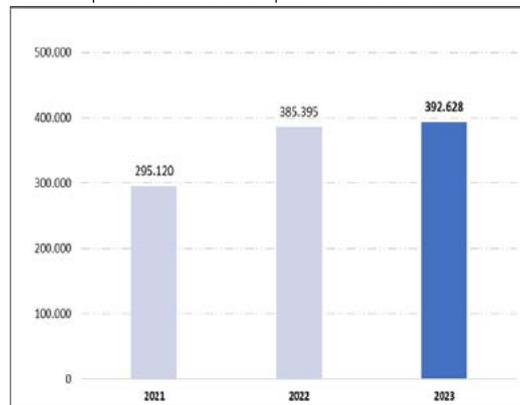
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS – (III)=(I+II) | 2021 | 2022 | 2023 |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | - | - | - |
| Despesas Correntes | - | - | - |
| Despesa de Capital | - | - | - |
| PREVIDÊNCIA (V) | 98.136 | 194.284 | 222.337 |
| Benefício – Civil | 168 | 585 | 883 |
| Aposentadoria | - | - | - |
| Pensões | 168 | 585 | 883 |
| Aposentadoria e Pensões - DEA | - | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - |
| Benefício - Militar | - | - | - |
| Reforma | - | - | - |
| Pensões | - | - | - |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | - | - |
| Outras despesas Previdenciárias | 97.968 | 193.699 | 221.454 |
| Compensação Prev. do RPPS para o RGPS | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | 97.968 | 193.699 | 221.454 |
| Patronal | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS (VI)=(IV+V) | 98.136 | 194.284 | 222.337 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI) | 196.983 | 191.110 | 170.292 |
| RECURSOS RPPS ARREC. NO EXERCÍCIO ANTERIOR | 2021 | 2022 | 2023 |
| VALOR | 357.674 | 282.507 | - |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| VALOR | 500.000 | 107.718 | 493.492 |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNPREV | 2021 | 2022 | 2023 |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | - | - | - |
| Plano de amortização – Contribuição Patronal Suplementar | - | - | - |
| Plano de amortização – Aporte Periódico de Valores Predefinidos | - | - | - |
| Outros Aportes para o RPPS | - | - | - |
| Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro | - | - | - |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.148 | 11.212 | 89.634 |
| Investimento e aplicações | 4.176.772 | 4.176.460 | 4.206.902 |
| Outros bens e Direitos | - | - | 22.291 |

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan, Coaf e Cofin).

Nota: 1 Os valores referentes às despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na UG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Previdenciário de 2023, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita de Contribuições Previdenciárias (Segurado e Patronal) da contribuição dos civis ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 33% em relação a 2021, e 2% quando comparado ao ano de 2022.

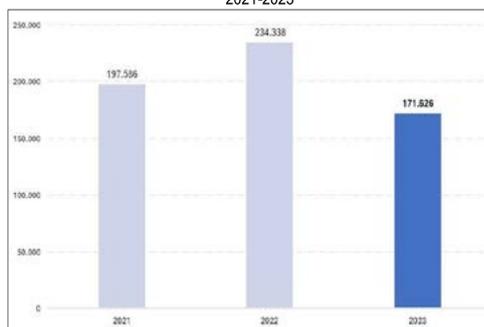
Gráfico 4: Evolução da receita previdenciária das contribuições de segurado e patronal dos Civis ao Fundo previdenciário 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

A variação da rentabilidade dos investimentos do FUNPREV do exercício 2023 foi negativa em comparação aos exercícios anteriores, com percentual de 26,76% para menos em relação a 2022 e 13,14% para menos comparado a 2021. Em relação ao período 2022-2021, a variação de rentabilidade dos fundos foi negativa, com percentual de aproximadamente 18,60% para menos.

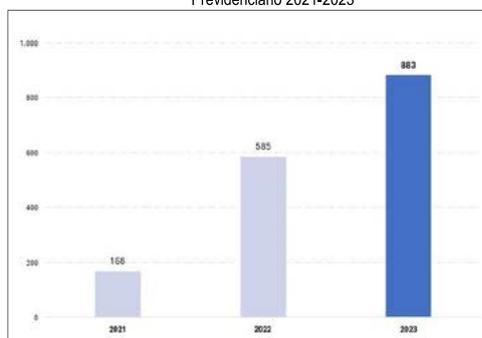
Gráfico 5: Evolução da rentabilidade dos investimentos do FUNPREV 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

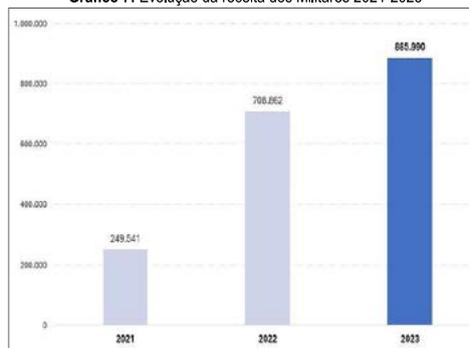
Com relação à Despesa Previdenciária da contribuição dos civis ao Plano Previdenciário observa-se que em 2023 houve uma variação de 50,94% para mais em comparação ao ano de 2022 e uma variação de 425,60% a maior em relação às Despesas Previdenciárias de 2021. A variação da despesa entre os exercícios 2022-2021 representa uma variação positiva de 248,21%. Conforme demonstrado na figura abaixo.

Gráfico 6: Evolução da despesa previdenciária dos Civis no Fundo Previdenciário 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

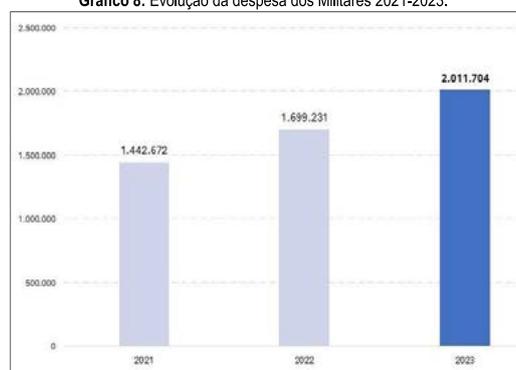
Gráfico 7: Evolução da receita dos Militares 2021-2023



Fonte: COAF/IGEPPS.

Com relação à Despesa Previdenciária dos Militares ao RPPS do Estado do Pará, observa-se que em 2023 houve uma variação de 18,39% para mais em comparação ao ano de 2022 e uma variação de 39,44% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2021. A variação da despesa entre os exercícios 2022-2021 representa uma variação positiva de 17,78%.

Gráfico 8: Evolução da despesa dos Militares 2021-2023.



Fonte: COAF/IGEPPS.

O Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) foi segregado em 2021 do FINANPREV/FUNPREV em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969 (RREO-Sefa/PA,2021).

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES SPSM (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | 249.541 | 708.862 | 885.990 |
| Receita de Contribuições dos Militares | 249.541 | 708.862 | 885.990 |
| Militar | 249.541 | 708.862 | 885.990 |
| Ativo | 108.733 | 325.617 | 382.051 |
| Inativo | 114.149 | 303.791 | 410.894 |
| Pensionista | 25.075 | 76.501 | 88.366 |
| Outras Receitas de Contribuição | 1.584 | 2.953 | 4.679 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VIII) | 249.541 | 708.862 | 885.990 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS – (III)=(I+II) | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| PREVIDÊNCIA (V) | 1.442.672 | 1.699.231 | 2.011.704 |
| Inativos | 1.172.447 | 1.371.604 | 1.626.323 |
| Pensões | 227.013 | 277.397 | 316.229 |
| Outras despesas Previdenciárias | 43.212 | 50.230 | 69.152 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V) | 1.442.672 | 1.699.231 | 2.011.704 |

| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI) | 2021 | 2022 | 2023 |
|-----------------------------------------|------------|----------|------------|
| | -1.193.130 | -990.369 | -1.125.713 |

| TRANSFERÊNCIA DO TESOUREIRO PARA O SPSM | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------------------------------------------------|-----------|------|------|
| Recursos para o Sistema de Proteção Social dos Militares | 1.160.919 | - | - |
| Outras transferências | 48.428 | - | - |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------------|--------|------|------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 11.023 | - | - |
| Investimento e aplicações | 8.602 | - | - |
| Outros bens e Direitos | - | - | - |

Fonte: RREO, BO e IGEPPS (Nuplan, Coaf e Cofin).

Nota: * Os valores referentes às contribuições e despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização) e ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições e despesas previdenciárias dos Militares foram segregadas e vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na UC específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

Nota: ** O Repassa Financeiro para a cobertura do déficit do SPSM foi de R\$1.014.484.931,86.

Ao avaliar os dados do RREO do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) de 2023, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita dos Militares ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 24,99% a maior em relação a 2022, e 255,05% a maior quando comparado ao ano de 2021. Cumpre frisar que apesar do Fundo de Proteção Social dos Militares ter previsão legal desde o final de 2019, apenas a partir do exercício de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos.

4. PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

O Demonstrativo apresenta a Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Estado do Pará, estimando ao longo de 75 anos os fluxos monetários dos repasses de contribuição patronal, das receitas e despesas previdenciárias com pagamento de benefícios, de acordo com o disposto no Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000. Esse demonstrativo permite a visualização das insuficiências financeiras esperadas para cada exercício futuro.

Para a elaboração da Projeção Atuarial foram utilizados os dados constantes da Avaliação Atuarial para o exercício 2024, em consonância com as normas e critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Tendo como principais informações os números relativos à situação atuarial do Estado referente às despesas e receitas previdenciárias com os servidores dos Poderes e órgãos autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (MP-TCM, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MP-TCE).

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020, organiza o sistema previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS:

- i) Regime Orçamentário, em extinção, destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016 denominado **Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – FINANPREV**; e
- ii) Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017 denominado **Fundo Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV**.

Base de dados utilizada no Cálculo Atuarial

Os valores projetados tomaram como base os seguintes dados abaixo relacionados:

Tabela 1 – Quantitativo dos servidores ativos, inativos e pensionistas por fundo – base: Out /2023

| SERVIDORES - CIVIS | QUANTIDADE | | TOTAL |
|--------------------|---------------|--------------|----------------|
| | FINANPREV | FUNPREV | |
| ATIVOS | 58.083 | 9.174 | 67.257 |
| INATIVOS | 31.684 | 2 | 31.686 |
| PENSIONISTAS | 8.990 | 72 | 9.062 |
| TOTAL | 98.757 | 9.248 | 108.005 |

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2024

Tabela 2 – Quantitativo dos servidores militares ativos, inativos e pensionistas – base: Out /2023

| SERVIDORES - MILITARES | QUANTIDADE |
|------------------------|---------------|
| ATIVOS | 18.683 |
| INATIVOS | 9.645 |
| PENSIONISTAS | 3.973 |
| TOTAL | 32.301 |

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial - 2024

As premissas utilizadas na elaboração dos cálculos foram as seguintes:

a) Hipóteses Financeiras:

- Para os servidores abrangidos pelo **FINANPREV**, o regime financeiro é o de Repartição Simples;
- Para os servidores abrangidos pelo **FUNPREV**, o regime financeiro é o de Capitalização;
- Taxa de juros - FINANPREV: usou-se a taxa de 3,00% a.a.;
- Taxa de juros - FUNPREV: usou-se a taxa de 3,00% a.a.;
- Crescimento salarial: a taxa de crescimento real das remunerações de 1,00% ao ano;
- Crescimento salarial benefício: a taxa de crescimento real dos benefícios de 0% ao anos;
- Fator de Capacidade Salarial : 100%;
- Fator de Capacidade de Benefício : 100%;
- Taxa administrativa : 2% sobre salários e benefícios;
- Idade de início da fase de contribuição para regime previdenciário : 25 anos;
- Indexador do RPPS: IPCA;
- Teto do RGPS: R\$ 7.507,49;
- Alíquota civil - FINANPREV
 - a) 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - b) 23,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.
- Alíquota civil - FUNPREV
 - a) 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - b) 14,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.
- Alíquota militar - FINANPREV
 - c) 10,50% para os servidores ativos, reserva/reforma e pensionistas;
- Alíquota militar - FUNPREV
 - a) 10,50% para os servidores ativos, reserva/reforma e pensionistas;

b) Hipóteses Biométricas

- Novos Entrandos (FUNPREV): Grupo aberto;
- Novos Entrandos (FINANPREV): Grupo fechado;
- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): RP-2000 masculina;
- Tábua de Mortalidade de Inválido: Experiência IBGE-2022 unissex;
- Tábua de Entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Composição Familiar: Esposa 3 anos mais nova e dois filhos, com diferença de idade de 22 e 24 anos em relação ao servidor;
- Hipótese de geração futura: Grupo de ativos de tamanho constante. As adesões de novos servidores serão todas no Plano Previdenciário.;

c) Hipóteses para cálculo dos Benefícios

- Para os Civis foram utilizadas as regras constantes na emenda constitucional do Estado do Pará nº 77 de 23/12/2019;
- Para os Militares foram utilizadas as regras constantes na Lei nº 13.954/19.

RESULTADOS ATUARIAIS DO FINANPREV, FUNPREV E SPSM

BALANÇO ATUARIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - FUNPREV

| 31/12/2023 | |
|---------------------------------------------------|-------------------------|
| SERVIDORES ATIVOS ATUAIS | 31/12/2023 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B) | 421.620.422,30 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) | 369.586.017,47 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) | 52.034.404,83 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C) | 4.264.686.028,14 |
| RESULTADO ATUARIAL (C - A - B) | 3.843.065.605,84 |

Fonte: Vesting Consultoria Atuarial

Verificamos que o Balanço Atuarial do Plano Previdenciário dos Servidores Civis obteve um superávit atuarial de R\$ 3.843.065.605,84 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2023.

BALANÇO ATUARIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - FINANPREV

| 31/12/2023 | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|
| SERVIDORES ATIVOS ATUAIS | 31/12/2023 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B) | 88.645.854.845,56 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) | 41.294.277.498,20 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) | 47.351.577.347,36 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C) | 439.072.034,89 |
| RESULTADO ATUARIAL (C - A - B) | -88.206.782.810,67 |

Fonte: Vesting Consultoria Atuarial

Observamos que o Balanço Atuarial do Plano Financeiro dos Servidores Civis obteve um déficit atuarial de R\$ 88.206.782.810,67 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2023.

BALANÇO ATUARIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - SPSM

| 31/12/2023 | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|
| SERVIDORES ATIVOS ATUAIS | Geração Atual |
| RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B) | 25.863.673.127,11 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) | 2.206.965.586,56 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) | 23.656.707.540,55 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C) | 0,00 |
| RESULTADO ATUARIAL (C - A - B) | -25.863.673.127,11 |

Fonte: Vesting Consultoria Atuarial

Notamos que o Balanço Atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares obteve um déficit atuarial de R\$ 25.863.673.127,11 ao confrontarmos as obrigações previdenciárias representadas pelas Reservas Matemáticas Totais com o Patrimônio Líquido em 31/12/2023.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2023-2098

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RS

| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior)* + (c) |
| 2022 | | | | 191.110.040,25 |
| 2023 | 392.629.727,53 | 216.486.771,10 | 176.142.956,43 | 367.252.996,68 |
| 2024 | 715.428.870,88 | 7.869.780,85 | 707.559.090,03 | 1.074.812.086,71 |
| 2025 | 780.506.841,20 | 9.995.912,60 | 770.510.928,60 | 1.845.323.015,31 |
| 2026 | 840.661.581,72 | 12.917.211,05 | 827.744.370,67 | 2.673.067.385,98 |
| 2027 | 898.337.316,43 | 15.428.754,93 | 882.908.561,50 | 3.555.975.947,48 |
| 2028 | 957.978.206,96 | 18.658.141,82 | 939.320.065,14 | 4.495.296.012,62 |
| 2029 | 1.029.536.804,10 | 21.909.382,22 | 1.007.627.421,88 | 5.502.923.434,50 |
| 2030 | 1.101.904.175,58 | 25.373.751,81 | 1.076.530.423,77 | 6.579.453.858,27 |
| 2031 | 1.169.438.768,49 | 29.062.617,77 | 1.140.376.150,72 | 7.719.830.008,99 |
| 2032 | 1.244.612.173,33 | 33.020.775,09 | 1.211.591.398,24 | 8.931.421.407,23 |
| 2033 | 1.325.630.615,60 | 37.533.848,75 | 1.288.096.766,85 | 10.219.518.174,08 |
| 2034 | 1.432.430.363,14 | 42.532.690,30 | 1.389.897.672,84 | 11.609.415.846,92 |
| 2035 | 1.536.898.186,76 | 48.484.024,54 | 1.488.414.162,22 | 13.097.830.009,14 |
| 2036 | 1.646.401.843,26 | 54.614.810,92 | 1.591.787.032,34 | 14.689.617.041,48 |
| 2037 | 1.762.561.519,35 | 61.996.265,11 | 1.700.565.254,24 | 16.390.182.295,72 |
| 2038 | 1.884.701.785,87 | 70.762.760,07 | 1.813.939.025,80 | 18.204.121.321,52 |
| 2039 | 2.073.135.790,70 | 85.028.547,10 | 1.988.107.243,60 | 20.192.228.565,12 |
| 2040 | 2.215.112.811,52 | 97.133.367,09 | 2.117.979.444,43 | 22.310.208.009,55 |
| 2041 | 2.346.591.368,83 | 110.024.799,54 | 2.236.566.569,29 | 24.546.774.578,84 |
| 2042 | 2.483.703.035,06 | 123.563.459,32 | 2.360.139.575,74 | 26.906.914.154,58 |
| 2043 | 2.633.443.017,97 | 140.666.156,34 | 2.492.776.861,63 | 29.399.691.016,21 |
| 2044 | 2.771.984.900,79 | 163.770.189,27 | 2.608.214.711,52 | 32.007.905.727,73 |
| 2045 | 2.898.148.356,96 | 210.394.243,24 | 2.687.754.113,72 | 34.695.659.841,45 |
| 2046 | 3.017.511.423,42 | 239.272.107,18 | 2.778.239.316,24 | 37.473.899.157,69 |
| 2047 | 3.136.846.132,63 | 263.307.158,54 | 2.873.538.974,09 | 40.347.438.131,78 |
| 2048 | 3.249.057.680,21 | 312.564.406,13 | 2.936.493.274,08 | 43.283.931.405,86 |
| 2049 | 3.361.819.666,16 | 372.371.353,59 | 2.989.448.312,57 | 46.273.379.718,43 |
| 2050 | 3.474.847.936,40 | 445.828.487,82 | 3.029.019.448,58 | 49.302.399.167,01 |
| 2051 | 3.591.584.614,52 | 489.055.723,15 | 3.102.528.891,37 | 52.404.928.058,38 |
| 2052 | 3.704.127.909,85 | 522.456.341,60 | 3.181.671.568,25 | 55.586.599.626,63 |

Table with 5 columns: Year (2053-2098), and four columns of numerical data representing financial projections.

Table with 5 columns: Year (2058-2098), and four columns of numerical data representing financial projections.

FONTE: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, UG Responsável IGPREV, Data de emissão 04/01/2024 e Hora de emissão 12h.

Notas - FINANPREV:

- (1) Projeção atuarial elaborada em 31/12/2023.
(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:
a) tábua de mortalidade geral: RP-2000 masculina;
b) tábua de mortalidade de inválidos: IBGE 2022;
c) tábua de entrada em invalidez: Alvaro Vindas;
d) crescimento real de salários: 1% a.a.;
e) crescimento real de benefícios: 0% a.a.;
f) taxa real de juros: 3% a.a.;
g) hipótese sobre geração futura: a quantidade de servidores ativos se manterá constante ao longo do período de projeção;
h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.;
i) hipótese de família média: cônjuge do sexo feminino três anos mais novo, filhos com diferença de idade para a mãe de 22 e 24 anos;
j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 1,000;
l) taxa de rotatividade: 0% a.a.
(3) Massa salarial mensal: R\$ 504.776.233,37
(4) Base de dados utilizada: agosto de 2023.

FONTE: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, UG Responsável IGPREV, Data de emissão 04/01/2024 e Hora de emissão 12h.

Notas - FUNPREV:

- (1) Projeção atuarial elaborada em 31/12/2023.
(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:
a) tábua de mortalidade geral: RP-2000 masculina;
b) tábua de mortalidade de inválidos: IBGE 2022;
c) tábua de entrada em invalidez: Alvaro Vindas;
d) crescimento real de salários: 1% a.a.;
e) crescimento real de benefícios: 0% a.a.;
f) taxa real de juros: 3% a.a.;
g) hipótese sobre geração futura: a quantidade de servidores ativos se manterá constante ao longo do período de projeção;
h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.;
i) hipótese de família média: cônjuge do sexo feminino três anos mais novo, filhos com diferença de idade para a mãe de 22 e 24 anos;
j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 1,000;
l) taxa de rotatividade: 0% a.a.
(3) Massa salarial mensal: R\$ 64.008.031,47.
(4) Base de dados utilizada: agosto de 2023.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2023-2098

REG - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Table with 5 columns: Exercício, Receitas Previdenciárias, Despesas Previdenciárias, Resultado Previdenciário, and Saldo Financeiro. Rows range from 2022 to 2062.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2023-2098

REG - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Table with 5 columns: Exercício, Receitas Previdenciárias, Despesas Previdenciárias, Resultado Previdenciário, and Saldo Financeiro. Rows range from 2022 to 2057.

| | | | | |
|------|----------------|------------------|------------------|---------------------|
| 2063 | 722.032.957,83 | 1.142.172.885,16 | (420.139.927,33) | (37.099.089.919,81) |
| 2064 | 704.849.710,95 | 1.081.323.697,59 | (376.473.986,64) | (37.475.563.906,45) |
| 2065 | 687.767.449,64 | 1.025.404.290,85 | (337.636.841,21) | (37.813.200.747,66) |
| 2066 | 670.935.503,42 | 971.724.016,01 | (300.788.512,59) | (38.113.989.260,25) |
| 2067 | 654.909.991,57 | 927.882.224,48 | (272.972.232,91) | (38.386.961.493,16) |
| 2068 | 638.948.444,23 | 889.826.053,19 | (250.877.608,96) | (38.637.839.102,12) |
| 2069 | 623.771.797,48 | 860.970.498,79 | (237.198.701,31) | (38.875.037.803,43) |
| 2070 | 608.829.577,51 | 857.190.021,98 | (248.360.444,47) | (39.123.398.247,90) |
| 2071 | 591.912.826,63 | 851.420.688,02 | (259.507.861,39) | (39.382.906.109,29) |
| 2072 | 576.367.629,44 | 815.780.880,55 | (239.413.251,11) | (39.622.319.360,40) |
| 2073 | 565.607.259,12 | 789.079.653,94 | (223.472.394,82) | (39.845.791.755,22) |
| 2074 | 554.632.691,92 | 773.165.216,43 | (218.532.524,51) | (40.064.324.279,73) |
| 2075 | 543.129.127,15 | 754.634.607,87 | (211.505.480,72) | (40.275.829.760,45) |
| 2076 | 532.770.393,39 | 754.498.889,89 | (221.728.496,50) | (40.497.558.256,95) |
| 2077 | 520.848.475,38 | 747.051.511,63 | (226.203.036,25) | (40.723.761.293,20) |
| 2078 | 510.625.410,49 | 747.477.124,68 | (236.851.714,19) | (40.960.613.007,39) |
| 2079 | 500.202.476,89 | 755.214.315,62 | (255.011.838,73) | (41.215.624.846,12) |
| 2080 | 489.705.061,36 | 769.675.140,12 | (279.970.078,76) | (41.495.594.924,88) |
| 2081 | 479.163.265,41 | 785.019.730,57 | (305.856.465,16) | (41.801.451.390,04) |
| 2082 | 469.362.778,55 | 792.342.855,83 | (322.980.077,28) | (42.124.431.467,32) |
| 2083 | 461.453.698,66 | 805.462.093,46 | (344.008.394,80) | (42.468.439.862,12) |
| 2084 | 453.773.445,68 | 835.384.736,22 | (381.611.290,54) | (42.850.051.152,60) |
| 2085 | 444.754.480,54 | 847.419.958,79 | (402.665.478,25) | (43.252.716.630,91) |
| 2086 | 438.831.845,47 | 855.611.530,38 | (416.779.684,91) | (43.669.496.315,82) |
| 2087 | 434.210.662,99 | 858.270.642,22 | (424.059.979,23) | (44.093.556.295,05) |
| 2088 | 431.056.079,89 | 913.787.191,90 | (482.731.112,01) | (44.576.287.407,06) |
| 2089 | 421.962.378,92 | 931.251.440,98 | (509.289.062,06) | (45.085.576.469,12) |
| 2090 | 418.237.174,10 | 936.319.110,16 | (518.081.936,06) | (45.603.658.403,18) |
| 2091 | 416.640.962,60 | 939.448.891,36 | (522.807.928,76) | (46.126.466.333,94) |
| 2092 | 415.774.343,97 | 937.431.266,42 | (521.656.916,45) | (46.648.123.250,39) |
| 2093 | 415.961.573,66 | 996.799.486,19 | (580.837.912,53) | (47.228.961.162,92) |
| 2094 | 408.613.138,64 | 1.005.567.071,68 | (596.953.933,04) | (47.825.915.095,96) |
| 2095 | 407.915.064,55 | 1.007.477.609,16 | (599.562.544,61) | (48.425.477.640,57) |
| 2096 | 408.246.618,02 | 1.006.734.843,58 | (598.488.225,56) | (49.023.965.806,13) |
| 2097 | 409.013.781,10 | 1.001.655.582,93 | (592.641.801,83) | (49.616.607.667,96) |
| 2098 | 410.369.267,37 | 994.650.792,61 | (584.281.525,24) | (50.200.889.193,20) |

FONTE: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, UG Responsável IGP/REV, Data de emissão 04/01/2024 e Hora de emissão 12h.

Notas - SPSM - MILITAR:

- (1) Projeção atuarial elaborada em 31/12/2023.
- (2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:
 - a) tabela de mortalidade geral: RP-2000 masculina;
 - b) tabela de mortalidade de inválidos: IBGE 2022;
 - c) tabela de entrada em invalidez: Aitário Vindas;
 - d) crescimento real de salários: 1% a.a.;
 - e) crescimento real de benefícios: 0% a.a.;
 - f) taxa real de juros: 3% a.a.;
 - g) hipótese sobre geração futura: a quantidade de servidores ativos se manterá constante ao longo do período de projeção;
 - h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.;
 - i) hipótese de família média: cônjuge do sexo feminino três anos mais novo, filhos com diferença de idade para a mãe de 22 e 24 anos;
 - j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 1,000;
 - k) taxa de rotatividade: 0% a.a.
- (3) Massa salarial mensal: R\$ 108.255.896,00.
- (4) Base de dados utilizada: agosto de 2023.

Por fim, cabe salientar que as receitas e despesas previdenciárias projetadas indicam déficits anuais que deverão ser cobertos por aportes adicionais oriundo do Tesouro Estadual e que são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos, ou seja, modificações futuras destes fatores poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025**

| Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | | R\$ 10 | | | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| TRIBUT. | MODALIDADE | PROGRAMAS/SETORES/BENEFICIÁRIOS | 2025 | 2026 | 2027 | COMPOSIÇÃO |
| CREDITO PRESUMIDO | CREDITO PRESUMIDO | AGRICULTURA | 105.517.860 | 116.467.743 | 123.232.914 | Este benefício fiscal não compromete as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que foram supostamente calculadas de acordo com o disposto no inciso III do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). |
| | | INDUSTRIAL/GERAL | 264.082.469 | 280.841.802 | 298.577.524 | |
| | | INDUSTRIAL/DEPECUARIA | 69.237.049 | 73.691.005 | 78.260.950 | |
| | | INDUSTRIAL/PRODUCO | 4.111.262 | 4.372.300 | 4.648.420 | |
| | | COMERCIO/INDUSTRIAL | 40.297.862 | 43.328.200 | 46.368.190 | |
| | | INDUSTRIAL/DIARNE | 432.732.048 | 460.194.306 | 489.296.496 | |
| | | INDUSTRIAL/EXPORT | 1.638.152 | 1.954.785 | 2.378.223 | |
| | | INDUSTRIAL/PRODUCO | 10.733.464 | 11.414.637 | 12.123.494 | |
| | | PRODUCO/AGROPECUARIA | 307.161.652 | 328.654.035 | 347.283.741 | |
| | | LATICINIOS/SUINOS | 73.540.969 | 78.314.409 | 83.263.121 | |
| REDUCAO DE BASE DE CALCULO | REDUCAO DE BASE DE CALCULO | AGRICULTURA | 36.036.176 | 41.513.509 | 44.136.170 | Este benefício fiscal não compromete as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que foram supostamente calculadas de acordo com o disposto no inciso III do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). |
| | | INDUSTRIAL/GERAL | 5.813.269 | 6.182.461 | 6.572.286 | |
| | | INDUSTRIAL/PRODUCO | 44.391.587 | 47.103.874 | 50.015.559 | |
| | | COMERCIO/INDUSTRIAL | 95.287.175 | 102.387.493 | 109.854.313 | |
| | | INDUSTRIAL/DEPECUARIA | 28.914.882 | 28.822.968 | 30.430.565 | |
| | | INDUSTRIAL/PRODUCO | 67.282.230 | 70.375.264 | 73.628.198 | |
| | | PRODUCO/AGROPECUARIA | 94.027 | 100.005 | 106.327 | |
| | | INDUSTRIAL/EXPORT | 25.000.000 | 30.000.000 | 30.000.000 | |
| | | INDUSTRIAL/PRODUCO | 430.382.243 | 457.211.239 | 486.283.271 | |
| | | INDUSTRIAL/DEPECUARIA | 67.248 | 1.017.998 | 1.682.289 | |
| IPVA (LRF) | IPVA (LRF) | INDUSTRIAL/PRODUCO | 116.546.887 | 123.279.769 | 131.143.712 | |
| | | INDUSTRIAL/DEPECUARIA | 8.819.529 | 10.224.277 | 10.582.129 | |
| TOTAL | | | 2.234.179.151 | 2.379.095.201 | 2.507.154.548 | |

FONTE: SEFA.

Metodologia e Memória de Cálculo da Renúncia de Receita

No cálculo das projeções de receitas, foram expurgados os valores dos benefícios fiscais, de caráter não geral, concedidos pelo Estado, conforme determina o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para 2025, o valor expurgado (renúncias fiscais) totaliza R\$ 2.234,1 milhões, conforme quadro.

Nota-se que a maior parcela dos valores expurgados a título de renúncia de receita refere-se ao ICMS, na modalidade crédito presumido.

Para 2025, observa-se aumento significativo nos valores estimados a título de renúncia de receita, quando comparado aos valores da LDO 2024, especialmente em dois programas/setores: Programa Sua Casa e Política de Incentivos do Estado. O aumento nas estimativas do Programa Sua Casa deve-se a publicação da Lei nº 10.164/23, que criou o Programa Sua Casa Estudante (Bora Estudar), ampliando o alcance da Lei nº 8.967/19. Já o aumento das estimativas de renúncia da Política de Incentivos do Estado deve-se a novos projetos incentivados aprovados a partir do segundo semestre de 2022, cujos valores de renúncia somente foram integralmente contabilizados no exercício de 2023.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Estado da Fazenda está constantemente aperfeiçoando a metodologia de cálculo da renúncia de receitas, bem como monitorando e orientando os contribuintes que gozam de benefícios fiscais sobre a necessidade de escriturar corretamente suas operações, o que contribui para uma melhor apuração dos valores renunciados.

No caso da Política de Incentivos do Estado, por exemplo, o valor da renúncia - que antes era estimado com base nos dados apresentados nos projetos encaminhados pelas empresas requerentes de incentivos à SEDEME - passou a ser apurado com base nas declarações (DIEF) referentes ao exercício

de 2023 apresentadas pelas empresas cujos projetos de incentivo foram aprovados nos últimos três anos (2021, 2022 e 2023).

No caso dos Regimes Tributários Diferenciados - RTD e outros tratamentos especiais, a estimativa da renúncia foi realizada a partir de levantamento nas notas fiscais eletrônicas emitidas em 2023, referentes aos produtos/segmentos/beneficiários contemplados com os regimes diferenciados. O valor estimado da renúncia é igual à diferença entre a arrecadação observada com a adoção dos respectivos regimes diferenciados/especiais e a arrecadação potencial dessas operações em regime de apuração normal.

O quadro também traz projeção de renúncia de receita decorrente de novos incentivos eventualmente concedidos no decorrer do ano, ainda não previsíveis por ocasião da elaboração da LDO, mas estimados com base em novos benefícios concedidos nos últimos três anos via Regulamento do ICMS (Decreto nº 5.676/01).

Para o cálculo das renúncias de IPVA e ITCD, apurou-se o valor efetivo da renúncia fiscal observada em 2023 para cada tributo. Os valores referentes aos anos seguintes foram projetados com a utilização do IPCA estimado pela FAPESPA.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS
DE CARÁTER CONTINUADO**

(art. 4º, § 2º, inciso V)

A estimativa da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo (DOCCs) é uma das metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Art. 4º, § 2º, inciso V).

Segundo os §§ 2º e 3º do art. 17 da LRF, para que se possa criar ou expandir uma DOCC, deve haver redução permanente de despesa ou aumento permanente de receita, sendo o último definido como o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Desse modo, o demonstrativo em questão deve apresentar os aumentos permanentes de receita, conforme definição mencionada, deduzidos das respectivas transferências por repartição de receita. A esse montante líquido é somado o valor da redução permanente de despesa. Por fim, desse total, abate-se o montante dessa margem já comprometido devido ao crescimento vegetativo de DOCC já existentes.

O aumento permanente de receita, como já dito, é definido como aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). Considera-se ampliação da base de cálculo, por sua vez, o aumento na base econômica da receita derivado de medidas legislativas ou de mudanças macroeconômicas.

Assim, para estimar o aumento permanente de receita de caráter exclusivamente tributário, é observado o crescimento da economia (PIB Pará), que retrata o aumento da base de contribuintes, estimado em 2,03% para o período em pauta; as projeções de elevação das receitas tributárias elaboradas pela SEFA decorrentes das mudanças na legislação e do quantitativo de vendas de produtos chaves na composição da receita dos tributos estaduais (automóveis, bebidas, etc), do volume das aplicações financeiras e das medidas de melhoria de gestão do esforço de arrecadação. A aplicação desses fatores na arrecadação reestimada para 2024 resultou em aumento de R\$ 1,94 bilhão na receita prevista para 2025.

Desse modo, prevê-se o aumento permanente de receita total descontadas as transferências aos Municípios e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Essas deduções resultam no Saldo Final do Aumento Permanente de Receita de R\$ 1,32 bilhão. Esse valor, a priori, deve comportar a expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo (DOCC).

O valor da expansão da DOCCs para a LDO 2025 compreende, no que concerne a expansão das Despesas com Pessoal, o crescimento vegetativo da folha de pagamento, dos reajustes e ajustes salariais (salário mínimo, piso dos professores, categorias específicas, funcionalismo civil, militar da ativa e dos inativos), reajuste de gratificações, impacto do ingresso de concursados, da implantação de Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR), criação, interstício e promoção de militares, implantação e reestruturação de órgãos. Em relação as Demais Despesas Correntes a expansão de caráter continuado, considerou o custo operacional das novas organizações criadas e/ou reestruturadas, inclusive àquelas sob a gestão de Organizações Sociais (OS), as Usinas da Paz, novas Escolas e Delegacias, além do ODC da Folha com Vale Alimentação e Vale Transporte, decorrentes dos eventos de pessoal que devem impactar as Despesas de Pessoal em 2025. No Pará não há Parcerias Públicas e Privadas (PPPs), que também podem ser consideradas na expansão das DOCCs. Esses aumentos para 2025 em Pessoal e Demais Despesas Correntes somam R\$ 1,32 bilhão.

O Total da expansão das DOCCs (R\$ 1,32 bilhão) é deduzido do Saldo Final do Aumento Permanente de Receita 1,32 bilhão, logo o valor resultante de zero sinaliza que a expansão das DOCCs é suficiente para receptionar o aumento das DOCCs.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ mil

| EVENTOS | Valor Previsto LDO 2025 |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 1.944.367.846 |
| Decorrentes de Receitas Tributárias (-) Transferências Constitucionais | 348.454.427 |
| Decorrentes de Receitas Tributárias (-) Transferências ao FUNDEB | 272.211.498 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.323.701.921 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.323.701.921 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 1.323.701.921 |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 0 |

FONTE: SEFA/SEPLAD

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2021
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário do Estado do Pará

RECEITA E DESPESA - PROJETADA

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | 2025 | | 2026 | | 2027 | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2025 | 2025 RPPS S/ | 2026 | 2026 RPPS S/ | 2027 | 2027 RPPS S/ |
| RECEITAS CORRENTES | 59.507.623 | 54.710.757 | 63.047.193 | 57.921.578 | 65.426.842 | 59.909.100 |
| Receita de Impostos e Taxas | 31.059.681 | 31.059.681 | 32.912.865 | 32.912.865 | 34.865.678 | 34.865.678 |
| Receita de Contribuição | 1.887.599 | 1.887.599 | 2.031.680 | 2.031.680 | 2.187.110 | 2.187.110 |
| Receita Patrimonial | 1.769.020 | 221.076 | 1.886.993 | 233.971 | 2.007.643 | 200.485 |
| Receitas Financeiras | 1.633.130 | 85.187 | 1.743.781 | 90.760 | 1.856.339 | 49.181 |
| Receitas Não Financeiras | 135.889 | 135.889 | 143.211 | 143.211 | 151.304 | 151.304 |
| Receita Agropecuária | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Receita Industrial | 10.640 | 10.640 | 11.454 | 11.454 | 12.330 | 12.330 |
| Receita de Serviços | 1.456.020 | 1.456.020 | 1.566.379 | 1.566.379 | 1.713.002 | 1.713.002 |
| Transferências Correntes | 19.414.696 | 19.414.696 | 20.473.880 | 20.473.880 | 20.196.911 | 20.196.911 |
| Demais Receitas Correntes | 661.042 | 661.042 | 691.346 | 691.346 | 733.580 | 733.580 |
| Receitas Intraorçamentárias | 3.248.923 | 3.248.923 | 3.472.593 | 3.472.593 | 3.710.584 | 3.710.584 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 5.606.810 | 5.606.810 | 2.803.908 | 2.803.908 | 1.119.946 | 1.119.946 |
| Operações de Crédito | 5.474.069 | 5.474.069 | 2.666.327 | 2.666.327 | 978.187 | 978.187 |
| Amortização de Empréstimos | 34.798 | 34.798 | 32.725 | 32.725 | 39.675 | 39.675 |
| Alienações de Ativos(VII) | 33.102 | 33.102 | 35.564 | 35.564 | 38.285 | 38.285 |
| Transferência de Capital | 64.842 | 64.842 | 69.293 | 69.293 | 63.799 | 63.799 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - | - | - |
| DEDUÇÃO DO FUNDEB | 6.175.576 | 6.175.576 | 6.495.783 | 6.495.783 | 6.832.595 | 6.832.595 |
| DEDUÇÃO TCM | 6.676.514 | 6.676.514 | 7.096.833 | 7.096.833 | 7.541.543 | 7.541.543 |
| DESPESAS CORRENTES | 43.723.594 | 38.926.727 | 45.334.740 | 40.209.125 | 46.867.352 | 41.349.610 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 26.204.196 | 21.407.330 | 27.121.343 | 21.995.728 | 28.070.590 | 22.552.848 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.313.327 | 1.313.327 | 1.440.115 | 1.440.115 | 1.436.414 | 1.436.414 |
| Outras Despesas Correntes | 16.206.070 | 16.206.070 | 16.773.283 | 16.773.283 | 17.360.348 | 17.360.348 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 8.465.666 | 8.465.666 | 6.595.007 | 6.595.007 | 4.965.055 | 4.965.055 |
| Investimento | 7.559.710 | 7.559.710 | 5.193.099 | 5.193.099 | 3.569.748 | 3.569.748 |
| Inversões Financeiras | 233.550 | 233.550 | 241.724 | 241.724 | 250.184 | 250.184 |
| Concessão de Empréstimos | - | - | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | 233.550 | 233.550 | 241.724 | 241.724 | 250.184 | 250.184 |
| Amortização da Dívida | 672.407 | 672.407 | 1.160.184 | 1.160.184 | 1.145.122 | 1.145.122 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 317.621 | 317.621 | 328.738 | 328.738 | 340.243 | 340.243 |
| RESERVA DO RPPS | - | - | - | - | - | - |

FONTE: SEFA/SEPLAD

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2021
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

RESULTADO PRIMÁRIO

| ESPECIFICAÇÃO | 2025 | | | 2026 | | | 2027 | | |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|----|--------------------|-------------------|----|-------------------|-------------------|----|
| | | RPPS | S/ | | RPPS | S/ | | RPPS | S/ |
| RECEITAS CORRENTES | 59.507.623 | 54.710.757 | | 63.047.193 | 57.921.578 | | 65.426.842 | 59.909.100 | |
| (-) Aplicações Financeira | 1.633.130 | 85.187 | | 1.743.781 | 90.760 | | 1.856.339 | 49.181 | |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES | 57.874.493 | 54.625.570 | | 61.303.411 | 57.830.818 | | 63.570.503 | 59.859.919 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 5.606.810 | 5.606.810 | | 2.803.908 | 2.803.908 | | 1.119.946 | 1.119.946 | |
| (-) Operações de Crédito | 5.474.069 | 5.474.069 | | 2.666.327 | 2.666.327 | | 978.187 | 978.187 | |
| (-) Amortização de Empréstimos | 34.798 | 34.798 | | 32.725 | 32.725 | | 39.675 | 39.675 | |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL | 97.944 | 97.944 | | 104.856 | 104.856 | | 102.083 | 102.083 | |
| (-) DEDUÇÃO DO FUNDEB | 6.175.576 | 6.175.576 | | 6.495.783 | 6.495.783 | | 6.832.595 | 6.832.595 | |
| (-) DEDUÇÃO DO TCM | 6.676.514 | 6.676.514 | | 7.096.833 | 7.096.833 | | 7.541.543 | 7.541.543 | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (A) | 45.120.347 | 41.871.423 | | 47.815.651 | 44.343.058 | | 49.298.449 | 45.587.865 | |
| DESPESAS CORRENTES | 43.723.594 | 38.926.727 | | 45.334.740 | 40.209.125 | | 46.867.352 | 41.349.610 | |
| (-) Juros e Encargos da Dívida | 1.313.327 | 1.313.327 | | 1.440.115 | 1.440.115 | | 1.436.414 | 1.436.414 | |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES | 42.410.267 | 37.613.400 | | 43.894.626 | 38.769.011 | | 45.430.938 | 39.913.195 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 8.465.666 | 8.465.666 | | 6.595.007 | 6.595.007 | | 4.965.055 | 4.965.055 | |
| (-) Concessão de Empréstimos | - | - | | - | - | | - | - | |
| (-) Amortização da Dívida | 672.407 | 672.407 | | 1.160.184 | 1.160.184 | | 1.145.122 | 1.145.122 | |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL | 7.793.259 | 7.793.259 | | 5.434.823 | 5.434.823 | | 3.819.932 | 3.819.932 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 317.621 | 317.621 | | 328.738 | 328.738 | | 340.243 | 340.243 | |
| DESPESA PRIMÁRIA | 50.521.147 | 45.724.280 | | 49.658.187 | 44.532.572 | | 49.591.114 | 44.073.371 | |
| RESULTADO PRIMÁRIO (A-B) | (5.400.800) | (3.852.857) | | (1.842.535) | (189.513) | | (292.665) | 1.514.494 | |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.
- A partir do exercício de 2023, o Estado adota a metodologia de deduzir as Transferências Constitucionais aos Municípios da fonte.
- Os valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, excluído as intraorçamentárias. Os valores de 2023 à 2025 referem-se a projeções, excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, da STN, 14ª edição.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - 2021
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida do Estado do Pará
META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA

| ESPECIFICAÇÃO | 2025 | | | 2026 | | | 2027 | | |
|--------------------------------------------------------------|------|--------------------|--|------|-------------------|--|------|-------------------|--|
| | | | | | | | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | | 16.570.405 | | | 17.606.832 | | | 17.562.927 | |
| Dívida Mobiliária | | - | | | - | | | - | |
| Outras Dívidas | | 16.570.405 | | | 17.606.832 | | | 17.562.927 | |
| DEDUÇÕES (II) | | 5.849.818 | | | 6.054.562 | | | 6.266.471 | |
| Ativo Disponível | | 7.307.966 | | | 7.563.745 | | | 7.828.476 | |
| Haveres Financeiros | | 416.530 | | | 431.109 | | | 446.198 | |
| (-) Restos a Pagar Processados | | 1.874.678 | | | 1.940.292 | | | 2.008.202 | |
| DCL (III)=(I-II) | | 10.720.587 | | | 11.552.270 | | | 11.296.456 | |
| RESULTADO NOMINAL (abaixo da linha) (d) = (a) + (b-c) | | (3.376.405) | | | (831.683) | | | 255.815 | |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Projeção com base o cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores dos contratos, para os respectivos anos.
- Os valores de 2025 à 2027 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, os valores de 2023 a 2025 refere-se a projeções.
- O Estado do Pará não possui Dívida Mobiliária

VI - Metodologia e Memória de Cálculo das Deduções do FUNDEB e TCM

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 |
| | | | |
| IPVA | 1.391.739 | 1.480.061 | 1.573.530 |
| ITCD | 69.973 | 72.422 | 74.957 |
| ICMS | 23.446.301 | 24.934.262 | 26.508.910 |
| FPE | 12.192.219 | 12.618.947 | 13.060.610 |
| IPI | 446.790 | 462.428 | 478.613 |
| CIDE | 29.488 | 30.520 | 31.588 |
| TOTAL | 37.547.022 | 39.568.120 | 41.696.620 |

FONTE: SEFA/SEPLAD

A) DESTINADO AO FUNDEB

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 |
| | | | |
| IPVA | 139.174 | 148.006 | 157.353 |
| ITCD | 13.995 | 14.484 | 14.991 |
| ICMS | 3.516.945 | 3.740.139 | 3.976.337 |
| FPE | 2.438.444 | 2.523.789 | 2.612.122 |
| IPI | 67.019 | 69.364 | 71.792 |
| TOTAL | 6.175.576 | 6.495.783 | 6.832.595 |

B) DESTINADO A TCM

| ESPECIFICAÇÃO | Valores Brutos | | |
|---------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 |
| | | | |
| IPVA | 695.869 | 740.030 | 786.765 |
| ICMS | 5.861.575 | 6.233.565 | 6.627.228 |
| FPE | 111.698 | 115.607 | 119.653 |
| CIDE | 7.372 | 7.630 | 7.897 |
| TOTAL | 6.676.514 | 7.096.833 | 7.541.543 |

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Metodologia aplicada a partir da LDO 2023

ANEXO III

**DEMONSTRATIVO DA
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
ATIVO E INATIVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL – ATIVO

2025

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
MÊS DE REFERÊNCIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 62

R\$ milhares

| REGIME | Nº SERVIDORES | VENCIMENTO/ SALÁRIO | VANTAGENS PECUNIÁRIAS INCIDENTES SOBRE VENCIMENTO/SALÁRIO | | | OUTRAS VANTAGENS | TOTAL |
|----------------------|------------------|------------------------|--------------------------------------------------------------|----------|--------|---------------------|-------|
| | | | GRATIFICAÇÕES | PESSOAIS | OUTRAS | | |
| JURIDICO UNICO | | | | | | | |
| Nível Superior | | | | | | | |
| Nível Médio | | | | | | | |
| Nível Fundamental | | | | | | | |
| TOTAL 1 | | | | | | | |
| CELETISTA | | | | | | | |
| Nível Superior | | | | | | | |
| Nível Médio | | | | | | | |
| Nível Fundamental | | | | | | | |
| TOTAL 2 | | | | | | | |
| TEMPORARIOS | | | | | | | |
| Nível Superior | | | | | | | |
| Nível Médio | | | | | | | |
| Nível Fundamental | | | | | | | |
| TOTAL 3 | | | | | | | |
| CARGOS COMISSIONADOS | | | | | | | |
| Com Vínculo | | | | | | | |
| Sem Vínculo | | | | | | | |
| TOTAL 4 | | | | | | | |
| FUNÇÕES GRATIFICADAS | | | | | | | |
| TOTAL 5 | | | | | | | |
| COLEGIADO | | | | | | | |
| Colegiado | | | | | | | |
| TOTAL 6 | | | | | | | |
| PENSAO ESPECIAL | | | | | | | |
| Pensão Especial | | | | | | | |
| TOTAL 7 | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | |
| PREVIDENCIA | | | | | | | |
| FUNPREV | | | | | | | |
| FINANPREV | | | | | | | |
| REGIME GERAL | | | | | | | |
| TOTAL PREVIDENCIA | | | | | | | |

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO E PENSIONISTA

2025

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 62

R\$ milhares

| Regime Jurídico Único | Cargo | Quantidade | Vencimentos /Proventos/ Pensões | Outras Vantagens | Total |
|-----------------------|-------|------------|---------------------------------------|------------------|-------|
| Inativos | | | | | |
| Nível | | | | | |
| - Superior | | | | | |
| - Médio | | | | | |
| - Fundamental | | | | | |
| Pensionista | | | | | |
| Total Geral | | | | | |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo Amazonas | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário Turístico em Alter do Chão - DS |
| Baixo Amazonas | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Prainha |
| Baixo Amazonas | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Baixo Amazonas - DS |
| Baixo Amazonas | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Grupamento de Bombeiros Militares de Almerim |
| Baixo Amazonas | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Grupamento de Bombeiros Militares de Oriximiná |
| Baixo Amazonas | Segurança Pública e Defesa Social | Prevenir Acidentes de Trânsito | Implantação de CIRETRAN no Município de Juruti |
| Baixo Amazonas | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do Comando de Policiamento Regional I |
| Carajás | Cultura, Esporte e Lazer | Promover Acesso à Leitura, à Arte, à Cultura nas Sociedades Amazônicas, | Implantação de 03 Bibliotecas Modulares |
| Carajás | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS |
| Carajás | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar - DS |
| Carajás | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Conclusão da Duplicação da BR-222, Trecho Rotatória BR-155 / Ponte Dom Eliseu, com Extensão de 4,24 km - DS |
| Carajás | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da PA-160 (Vicinal VS-53), com Extensão de 26,60 km, Trecho Canaã dos Carajás/Entroncamento da BR-155 (Posto 70) |
| Carajás | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-477, Trecho: Entr. BR-153 / Perim. Urb. PIÇARRA, Subtrecho: Km 8,00 / Km 28,00, com Extensão de 19,7km |
| Carajás | Saúde | Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade | Implantação do Hospital Materno Infantil de Marabá - DS |
| Carajás | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implementação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Carajás |
| Carajás | Segurança Pública e Defesa Social | Prevenir Acidentes de Trânsito | Implantação de CIRETRAN no Município de São Domingos do Araguaia |
| Carajás | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 1º Batalhão de Polícia Rural |
| Guajará | Cidadania, Justiça e Direitos Humanos | Promover Ações de Justiça e Direitos Difusos | Implantação de Unidade Esportiva e Recreativa ParáPaz |
| Guajará | Cultura, Esporte e Lazer | Promover a Identificação , Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e | Implantação do Museu da Consciência Negra |
| Guajará | Cultura, Esporte e Lazer | Promover a Identificação , Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e | Implantação do Parque da Cidade |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Guajará | Cultura, Esporte e Lazer | Promover a Identificação , Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e | Implantação do Porto Futuro Fase II - Ampliação e Urbanismo |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da ETE UNA |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do 10º Setor do Município de Belém |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do 3º Setor do Município de Belém |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do Complexo Bolonha - 2ª Etapa |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água do Setor Águas Lindas do Município de Ananindeua |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Requalificação do Canal Caraparu com Urbanização e Drenagem - Guamá (980 m) - Trecho: Canal do Tucunduba até Tv. Liberato de Castro |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Requalificação do Canal Cipriano com Urbanização e Drenagem - Canudos (1.100 m) - Trecho: Av. Perimetral até Alameda José Alves |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Requalificação do Canal Gentil Bittencourt com Urbanização e Drenagem - São Brás (1.450 m) - Trecho: Rua Deodoro de Mendonça até o Canal do Tucunduba |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Requalificação dos Canais Vileta, Timbó, União e Leal Martins com Urbanização e Drenagem |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento | Construir o Viaduto Av. Independência x Br316 |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento | Construir o Viaduto Av. João Paulo II x Av. Dr. Freitas |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento | Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Independência |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento | Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Três Corações |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento | Reformar e Revitalização da Estação da Docas e reurbanização do entorno - 1ª Etapa |
| Guajará | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Promover o Acesso à Moradia e Melhorar as Condições de | Conclusão das Obras dos Residenciais Liberdade I e III |
| Guajará | Economia Sustentável | Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável | Drenagem, Urbanização e Reurbanização dos Canais Murutuçu e Mártir - Trecho Rio Guamá até Av. João Paulo II |
| Guajará | Economia Sustentável | Promover uma Economia Inclusiva e de Baixo Carbono | Implantação do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia |
| Guajará | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Guajará | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Guajará | Governança Pública | Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo | Implantação do Programa Energia Limpa |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de 01 Ponte Estaiada (414,00 x 10,40 x 22,00), sobre o Furo do Maguari, Município de Belém |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário Turístico de Icoaraci |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Turístico na Avenida Almirante Tamandaré |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Trapiche Turístico no Município de Ananindeua (Ilha João Pilatos) |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Avenida Liberdade, Trecho: Entr. Av. Perimetral (Belém) / Entr. Rodovia Alça Viária (Marituba), com Extensão de 13,40 km |
| Guajará | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Expansão do Terminal Hidroviário de Belém Luiz Rebelo Neto |
| Guajará | Saúde | Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade | Construção do Novo Prédio da Fundação Hemopa |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Prevenir Acidentes de Trânsito | Implantação de CIRETRAN no Município de Marituba |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Realizar a Custódia Penal | Conclusão da Ampliação do Presídio Estadual Metropolitano III - PEM III |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 10º Batalhão de Polícia Militar |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 24º Batalhão de Polícia Militar |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitana |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do Comando de Policiamento Ambiental |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Implantação da Delegacia Móvel |
| Guajará | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Implementação do Complexo da Diretoria de Polícia Especializada |
| Guamá | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Castanhal - DS |
| Guamá | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Guamá | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar |
| Guamá | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e | Emissão de 04 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas - DS |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Guamá | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de um Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Marapanim (Vila de Marudazinho) |
| Guamá | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-220 Lote 03, Trecho: Entr. PA-136 / Entr. PA-127, Subtrecho: Entr. PA-395 / Entr. PA-127, com Extensão de 11,6km |
| Guamá | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-322, Trecho: Entr. BR-010 (São Miguel) / Perim. Urbano Bonito, com Extensão de 27,86 km |
| Guamá | Saúde | Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade | Conclusão da Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de São Caetano de Odivelas |
| Guamá | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 2º Batalhão de Polícia Rural |
| Lago de Tucuruí | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Lago de Tucuruí | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |
| Lago de Tucuruí | Educação Básica e Profissional | Promover a Educação Profissional e Tecnológica | Implantação do Projeto Forma Pará Técnico |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Breu Branco |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Goianésia do Pará |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Itupiranga |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Jacundá |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Nova Ipixuna |
| Lago de Tucuruí | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover o Ordenamento Territorial e a Gestão Integrada dos Recursos | Construção de 01 Unidade de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro em Novo Repartimento |
| Lago de Tucuruí | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implementação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Lago de Tucuruí |
| Lago de Tucuruí | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 50º Batalhão de Polícia Militar |
| Marajó | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Breves - DS |
| Marajó | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Implantação de Aterro Sanitário Municipal em 01 Município da Região Marajó |
| Marajó | Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e | Ampliar o Acesso ao Serviço Público de Saneamento Básico | Implantação de Aterro Sanitário Regional em 02 Municípios da Região Marajó |
| Marajó | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Marajó | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Conclusão da Construção de 01 Ponte Mista sobre o Rio Camazinho (360,00 mts X 10,00mts) no Município de Cachoira do Arari |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Conclusão da Reforma e Adequação de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Chaves |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de 04 Pontes de Concreto Armado na PA-368, Entroncamento BR-422, Totalizando 400 Metros Linear, no Município de Portel |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de 05 Trapiches no Município de Muaná |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário de Carga no Município de Gurupá |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Trapiche de Carga e Passageiro no Município de Santa Cruz do Arari (Vila do Jenipapo) |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Implantação e Pavimentação da PA-368- LOTE I, II e III com Extensão Total de 148 km |
| Marajó | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Pavimentação da PA-396 (Estrada do Caracará) - Entre Ponta de Pedras e Entrocamento da PA-154 - LOTE I, II e III, com Extensão Total de 49 km |
| Marajó | Saúde | Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade | Conclusão do Hospital Materno Infantil de Breves - DS |
| Marajó | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Posto Avançado de Bombeiros Militares de Portel |
| Marajó | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Implementação de Base Avançada do Grupamento Fluvial - GFLU |
| Rio Caeté | Economia Sustentável | Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável | Reurbanização da Orla do Atalaia |
| Rio Caeté | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Rio Caeté | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |
| Rio Caeté | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar |
| Rio Caeté | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e | Emissão de 02 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas |
| Rio Caeté | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Trapiche e Mercado de Peixe no Município de Salinópolis |
| Rio Caeté | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Pavimentação da PA-112 Lote I, II e III Trecho: Entr. BR-308 / Entr. BR-316, Subtrecho: Entr. BR-308 / Vila 21 do Montenegro, com Extensão Total de 64,5 km |
| Rio Caeté | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Comando Regional de Bombeiros da Região Rio Caeté |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rio Capim | Cidadania, Justiça e Direitos Humanos | Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos | Implantação de 02 Usinas da Paz na Região Rio Capim |
| Rio Capim | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Rio Capim | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |
| Rio Capim | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e | Emissão de 04 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas |
| Rio Capim | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-124 Lote 2, Trecho: Vila Cacimão / Vila Caip, com Extensão de 61,8 km |
| Rio Capim | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-253 LOTE I e II, Trecho: Perim. Urb. de Capitão Poço / Entr. BR-316, Subtrecho: Perim. Urb. de Capitão Poço, com Extensão |
| Tapajós | Cidadania, Justiça e Direitos Humanos | Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos | Implantação de 01 Usina da Paz na Região Tapajós |
| Tapajós | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" |
| Tapajós | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |
| Tapajós | Educação Básica e Profissional | Promover a Educação Profissional e Tecnológica | Implementação da Educação Profissional e Tecnológica com Uso de Recursos Tecnológicos |
| Tapajós | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Itaituba |
| Tapajós | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Adequação da Superintendência da Polícia Civil em Itaituba |
| Tapajós | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do Comando de Policiamento Regional X |
| Tocantins | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS |
| Tocantins | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Reforma e Ampliação de 01 Unidade Escolar |
| Tocantins | Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial | Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e | Emissão de 05 Títulos Coletivos para Comunidades Quilombolas - DS |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de 01 Ponte em Balanço Sucessivo (410,00x10,40x22,00m) sobre o Rio Acará, no Município de Acará - DS |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município Cametá (Vila de Carapajó) - DS |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Barcarena |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-151 Lotes I, II, III e IV, Trecho: Baião / Breu Branco (Entr. PA-263), Subtrecho: Baião / Km 44-47, com Extensão Total de 140 km |

| REGIÃO DE INTEGRAÇÃO | PROGRAMA | OBJETIVO(S) | META REGIONALIZADA / PRIORIDADE |
|----------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação da Rodovia PA-471, Trecho: Entroncamento da PA-151-Perímetro Urbano da Vila do Carmo, com Extensão de 9,3 km |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção e Pavimentação Rodoviária do Contorno da Cidade de Acará - ALÇA ACARÁ CIDADE, com Extensão de 5,35 km |
| Tocantins | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Duplicação da Rodovia PA-481, Trecho: Trevo do Peteca/Barcarena, com Extensão 15,97 km |
| Tocantins | Segurança Pública e Defesa Social | Ampliar a Segurança Contra Incêndio, Cobertura de Situações de Emergência | Construção e Implantação do Comando Regional de Bombeiros Militares da Região Tocantins - DS |
| Tocantins | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do 47º Batalhão de Polícia Militar |
| Tocantins | Segurança Pública e Defesa Social | Reduzir a Violência e a Criminalidade | Construção do Comando de Policiamento Regional IX |
| Xingu | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Creche do Programa "Creches por Todo Pará" - DS |
| Xingu | Educação Básica e Profissional | Elevar a cobertura da Rede Estadual | Construção de 01 Escola Nova |
| Xingu | Educação Básica e Profissional | Promover a Educação Profissional e Tecnológica | Implantação do Forma Pará Qualificação |
| Xingu | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Conclusão da Construção e Pavimentação da Rodovia Transruará Lote I e II, Trecho: Entr. BR-230 (Uruará) / Entr. PA-370 (Rio Tutui), Sub-Trecho: Entr. BR-230 (Uruará) / |
| Xingu | Infraestrutura e Logística | Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte de Forma | Construção de Terminal Hidroviário de Carga e Passageiro no Município de Altamira |
| Xingu | Saúde | Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade | Conclusão do Hospital Materno Infantil de Altamira - DS |

* DS - Demanda da Sociedade